

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.184/2026**

Processo Administrativo nº E:04105.0000000307/2025

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** designados pela **Portaria nº 341/2025**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13 de novembro de 2025, sediada na Avenida Walter Ananias, nº. 35 - A, Jaraguá - Maceió - AL - CEP 57025-510, realizará **LICITAÇÃO, para registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Valor total da contratação: O orçamento estimado da contratação terá caráter sigiloso de acordo com o art. 24 da Lei 14.133/2021

Data da sessão pública: 15 de julho de 2026

Horário: 09h - (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto

Preferências ME/EPP/Equiparadas: sim

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é **o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE CAPACETES BALÍSTICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Os itens 02 e 04**, integram a cota reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência,

assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que

apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Nas licitações que prevejam cota reservada destinada à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal; em caso de recusa deste, a adjudicação será ofertada aos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.7 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 7.7.1. (indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas);
- 7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Concluída a etapa final de lances, as empresas licitantes deverão ajustar suas propostas, apresentando os valores unitários e totais com a limitação de duas casas decimais após a vírgula, desconsiderando as duas últimas casas decimais adicionais. Caso seja necessário proceder ao arredondamento, este deverá ser efetuado para o valor imediatamente inferior, vedada a adoção de valor superior ao lance final apresentado.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.21. Quando os itens estiverem dispostos em grupo de itens (lote) o critério de julgamento adotado será aplicado individualmente a cada item que integre o grupo, não podendo qualquer deles ultrapassar o valor máximo estimado pela Administração.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 9.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 9.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (<https://portal.sei.al.gov.br/>).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou
- 12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5. Fraudar a licitação;
- 12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. Advertência;
 - 12.2.2. Multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, **recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail: victor.amgesp@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 14.10. Em caso de divergência entre as especificações, unidades de medida, condições ou demais exigências dos itens licitados constantes do Portal Comprasnet e aquelas previstas no Termo de Referência, prevalecerão, para todos os fins, as disposições contidas no Termo de Referência.
- 14.11. O “Quadro de Avisos” disponibilizado no Portal Comprasnet possui caráter instrutório e vinculante, integrando o presente Edital para todos os fins e efeitos, devendo ser integralmente observado pelos licitantes. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.13.1. ANEXO A – Modelo de Proposta Final;
 - 14.13.2. ANEXO B – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 14.13.3. ANEXO C – Minuta de Termo de Contrato;
 - 14.13.4. ANEXO D – Termo de Referência;
 - 14.13.5. Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 22 de junho de 2026.

Ana Carolina de Moura Coelho
Assessora de Apoio de Contratação

Victor Alves Cunha Callado
Pregoeiro Responsável

ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA FINAL

Razão Social da Licitante:.....
CNPJ:.....
Endereço:.....
CEP.....
Telefone:..... E-Mail:.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca e modelo:	Unid.	Qty.	PREÇO expresso em R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX		
TOTAL GERAL						

PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO: O prazo de entrega dos bens é de 100 (cem) dias, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho, de acordo com as necessidades da Administração.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO III deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

- 1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
- 2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

ANEXO B – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021****PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX**

Processo Administrativo nº E:04105.0000000307/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX

A **Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP**, UASG: 925998 com sede na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.424.905/0001-38, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, **Sr. Amilton Barbosa Silva**, nomeado pela decreto nº 86.124, de 01 de Janeiro de 2023, publicada no DOE/AL de 01 de Janeiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 163-5, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS AMGESP - PREGÃO/ANO**, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas em XX de XXX de 2026, e no Diário Oficial do Estado de Alagoas em XX de XXX de 2026, referente ao Processo Administrativo nº E:04105.0000000307/2025, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE CAPACETE BALÍSTICO**, especificado(s) no(s) item(ns) nº XXX do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação nº **PREGÃO/ANO**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ:, Inscrição Estadual:, sediada na : , CEP: , Telefone: , E-mail: , representado pelo Sr. (a): , Inscrito (a) no CPF: , sob o RG nº:.							
Item	CATMAT/ CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Marca / Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
VALOR TOTAL: R\$ XXXXXX (XXXXXX).							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	ÓRGÃO	REQUISICÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	REQUISICÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	TOTAL
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital ou no Aviso de Contratação Direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no Aviso de Contratação Direta; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços Registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços

aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou ao aviso de contratação direta.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo órgão ou entidade gerenciadora e fornecedor(es) e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Maceió/AL, em XX de XXXX de 2026.

AMILTON BARBOSA SILVA

Diretor Presidente/AMGESP

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

EMPRESA

FORNECEDOR

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

ANEXO C – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**TERMO DE CONTRATO****COMPRAS****LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

TERMO DE CONTRATO (...) Nº (...)/(20...), QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A) (...ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA(O)(...ÓRGÃO...)/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO...) E A EMPRESA (...), PARA AQUISIÇÃO DE CAPACETE BALÍSTICO.

CONTRATANTE: O(A) (...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...)/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pelo(a) (...Decreto/Portaria...) nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicado(a) no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...);

CONTRATADO: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº E:04105.0000000307/2025 e do Pregão nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do contrato é a **AQUISIÇÃO DE CAPACETE BALÍSTICO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

4.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...), perfazendo o valor total de R\$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Quantidade	Valor (R\$) unitário
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice IGP-M**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

7.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.10. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.12. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.13. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.1.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.1.18. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.19. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.21.1. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.
- 9.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.26. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.1.27. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.1.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.29. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.30. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

11.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

11.2.4.4. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do Contratado:

12.1.2.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.1.2.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Geral do Estado, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Gestão/Unidade: (...);

14.1.2. Fonte de Recursos: (...);

14.1.3. Programa de Trabalho: (...);

14.1.4. Elemento de Despesa: (...);

14.1.5. Plano Interno: (...).

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

**ANEXO D – Termo de Referência;
Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL

Termo de Referência 163/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
163/2024	926474-SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL	RAPHAEL JOSE OLIVEIRA DE ALMEIDA	16/06/2026 13:01 (v 8.16)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		E:04105.0000000307/2025

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Capacetes Balísticos - IRP - 023/2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL À LICITAR
01	469182	<p>Capacete Militar</p> <p>Características Adicionais: Permite Acoplamento De Acessórios</p> <p>Material: Aramida</p> <p>Tipo: Balístico Nível III-A</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Características Gerais.</p> <p>- Material: Aramida/ UHMWPE, Híbrido ou material superior</p> <p>- Capacete balístico desenvolvido para atividades policiais militares e emprego tático, do tipo Advanced Combat Helmet (ACH) ou Superior;</p> <p>- Modelo High CUT (Corte alto);</p> <p>- Cor: podem ser Tons de MARROM: (Tan, Coyote Brown ou Flat Dark Earth) ou preto; (à ser definido no ato da contratação)</p> <p>- Tamanho:</p>	Unidade	1.590

Os cascos dos capacetes balísticos deverão possuir tamanho único com sistema de ajuste interno que contemple os tamanhos de circunferência de cabeça de 48 (quarenta e oito) a 64 (sessenta e quatro) centímetros, oferecendo uma área de cobertura mínima de 1.100 cm² (mil e cem centímetros quadrados)

O peso do capacete deve incluir o casco acabado, o sistema de suspensão e o sistema de retenção da cinta de queixo, sem os trilhos e a cobertura

Ele deve ser de no máximo de 1.600 gramas (mil e seiscentos gramas)

Proteção Balística

- Proteção balística contra ameaça no calibre 9x19 mm.

O ensaio deverá ser conduzido **com base na norma NIJ 0106.01**, admitindo-se **critérios técnicos complementares inspirados na VPAM HVN 2009**, exclusivamente para aumento da segurança balística e mitigação de trauma, **sem prejuízo ou conflito entre normas**.

Tal nível de proteção não exige dupla certificação, sim uma melhor performance do equipamento e segurança ao operador.

O ensaio deverá seguir os seguintes parâmetros:

Parâmetros	Especificação
Calibre	9x19 mm
Tipo de Projétil	FMJ
Massa do Projétil	124 Grains
Velocidade Nominal	415 m/s
Tolerância	± 10 m/s

Quantidade de Disparos:

Item	Requisito
Número total de Disparos	05 Disparos por Capacete
Distribuição	Coroa, frontal, lateral direita, lateral esquerda e posterior
Ângulo de impacto	0° (normal à superfície)
Espaçamento mínimo	≥ 50 mm entre impactos

Condição do capacete	Novo, completo, com suspensão original
Distância da amostra ao provete	a amostra deve ser fixada a 5 m da boca do provete

Critério de aceitação balística: Não é permitida penetração completa e não é permitida perfuração parcial com fragmentos internos.

Os disparos na face lateral direita, frontal, lateral esquerda e posterior devem ser realizados à 15mm (quinze milímetros) da borda do capacete transferindo energia cinética residual abaixo de 25 joules, análogo ao VPAM HVN 2009 com tolerância de 2mm (dois milímetros) para mais ou para menos;

Deformação interna (Backface / Deflexão)

Parâmetro	Limite
Energia máxima transmitida ao substrato	≤ 25 joules

O ensaio deverá demonstrar que a energia transmitida ao substrato não excede 25 J.

Substrato e montagem do ensaio:

Item	Requisito
Suporte	Cabeça balística - um dispositivo de sabão que facilita a determinação da energia residual para abaulamento /deformação.
Suspensão	Original de fábrica
Ajuste	Conforme instruções do fabricante
Condições ambientais	Temperatura ambiente controlada

Proteção balística nível III-A (de acordo com as normas técnicas **NIJ 0106.01.** e **VPAM HVN 2009.**) e ameaças adicionais;

Sistema de Retenção

- Deve consistir em uma correia de queixo de 4 pontos, na cor do capacete ou preta com almofada na nuca e sistema de ajuste do tipo catraca para promover estabilidade uniforme. O sistema de catraca deve ser projetado para operação com apenas uma mão (ajuste e fechamento).
- O Sistema de Retenção deverá ser capaz de suportar uma carga de ,pelo menos, 20 kg.

- A alça do queixo deve ter copo de queixo aberto do tipo dividido ou duas tiras de queixo e uma fivela de liberação lateral.

- A alça/correia do Sistema de retenção, deve ter largura máxima de 20 mm e espessura de $1,2 \pm 0,5$ mm

- Os materiais utilizados no sistema de retenção devem ser adequados e confortáveis para uso, mesmo durante o contato prolongado da pele; Os componentes do sistema de retenção não devem representar qualquer risco à saúde ou irritação da pele e alergias.

Sistema de Suspensão

- Sistema de Suspensão por almofadas internas destacáveis, por velcro, instalado em pelo menos 70% da área interna do capacete, de pelo menos 2 tamanhos/espessura e formatos anatômicos variados.

- Cada jogo de almofadas deverá ser composto de no mínimo 8 almofadas (individuais ou conjugadas), que deverá abranger as correspondentes áreas internas do capacete, a saber, a parte frontal, lateral, traseira e central superior.

- O segundo jogo de almofadas deverá ter uma espessura e/ou dureza diferente (mais fina/grossa, mais macia/dura) para ajuste e conforto do capacete aos diferentes tipos e formatos de cabeças.

- O segundo jogo de almofadas poderá ser complementar ao primeiro jogo, ou seja, ser instalado sobre e/ou em conjunto com as almofadas do primeiro jogo, ou por baixo do mesmo, visando maior flexibilidade de ajustes.

- As almofadas deverão ter material/tratamento antimicrobico e possuírem resistência quanto a desgaste natural de uso e suor com tecido externo respirável de baixa absorção da umidade, e de fácil higienização, composto de espuma com densidade dupla que não seja afetada pela temperatura, altitude ou umidade. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

- As almofadas devem proporcionar proteção anti-impacto, no padrão mínimo Blunt Impact Performance ACH Blunt (AR/PD10-02, 16/12/2013), ou em alternativa, TR 05 2010/DIN EN 397. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Identificação

- A etiqueta de identificação deve ser fixada na superfície interna do capacete, contendo no mínimo as informações listadas abaixo no idioma português, impressa/gravada de modo que não venha a desaparecer /desbotar durante toda a vida útil do produto, mesmo diante das intempéries de uso, como chuva, suor, imersões, dentre outras condições similares:

a) Nome do órgão;

b) Data de fabricação, no formato MM/AAAA;

c) Data de validade no formato MM/AAAA;

d) Composição balística;

e) Nível de proteção balística de acordo com o padrão NIJ;

f) Números de série e lote de fabricação;

g) Tamanho

O capacete deve ter o número de série gravado permanentemente no interior do casco.

Acessórios

O capacete deve apresentar os seguintes acessórios:

- a) Cobertura para o casco na cor preta fosco;
- b) Na região frontal: engate de desconexão rápida, conhecido como “shroud” (como referência padrão Wilcox® ou superior) e conjunto de elásticos - “shock cord” e deverá possuir a possibilidade de acoplamento de suporte universal para óculos monóculo de visão noturna (NVG) fixado na parte frontal, sem furo na carcaça do capacete, do casco sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador.
- c) Nas laterais: será composto por 02 trilhos com o padrão picatinny rail (MIL-STD-1913 rail e STANAG 2324 rail), que serão fixados na lateral do capacete, sem furo na carcaça do capacete, sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador;
- d) Na parte posterior: velcro ou engates de perfil baixo, para fixação de objetos que funcionem como contrapeso ou sistemas de alimentação (baterias);
- e) Todos os capacetes e acessórios devem ser idênticos entre si.
- f) Áreas de velcro (loop) para instalação/fixação de equipamentos e acessórios na parte externa do casco

- Alternativamente, o capacete balístico poderá ser fornecido com Sistema Modular de Conectores de Acessórios e Contrapesos ou similar de qualidade superior, devendo seguir os descritivos abaixo elencados.

- Sistema Modular de Conectores de Acessórios:

- O acessório deve ser um componente único e deve ser fixado separadamente (destacável) ao capacete sem usar parafusos, inserções, fixadores, fita de velcro ou tiras adesivas de tecido, etc.
- O acessório não deverá exigir nenhum furo ou perfuração no casco do capacete
- Deve permitir a montagem de dispositivos de visão noturna compatível com NVG, PVS7 PVS14, NVG L-3, ENVGIII.
- Deve ser fabricado com materiais duráveis e que não forneçam o risco de se comportarem como fragmentos secundários.
- Deve ser removido ou anexado ao capacete sem usar qualquer ferramenta especial.
- O acessório, uma vez fixado no capacete, deve ser firme, forte e durável, sem articulações fracas, e não deve haver nenhuma folga, movimento indesejado para frente, para trás ou em qualquer direção.
- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902, ou a norma DIN EN ISO 15025. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Trilhos laterais

a) Sistema de trilhos fixos

- Composto de pelo menos 3 trilhos externos fixos, sendo: 1 (um) frontal para sistema de visão noturna e 2 (dois) laterais para acessórios diversos nas laterais.
- Trilho Frontal para Sistema de Visão Noturna (three hole shroud): deve permitir o engate direto de sistemas de visão noturna comuns no mercado, no padrão Wilcox ou superior, em cor básica igual ao restante do capacete ou aproximada (tons próximos);

- Trilhos laterais para instalação de acessórios e opcionais: localizados e fixados nas laterais do capacete. Devem acompanhar 02 (dois) trilhos destacáveis, para acoplamento no trilho lateral fixo, do tipo M-Lok/Picatinny-style (MIL-STD-1913 rail e STANAG2324 rail) para acoplamento e ajustes de acessórios.

- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

b) Sistema de trilhos modular

- Deve ser feito de polímero projetado de alta resistência em tom de cor semelhante ao capacete.

- Os trilhos devem ser anexados modularmente ao sistema de conexão do acessório nas laterais do capacete na altura das orelhas.

- Os trilhos removíveis devem ter provisão para fixação de corda elástica.

- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

- O peso total dos trilhos laterais, cobertura e provisão para contrapesos não deve exceder 360±20 g.

- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

Contrapesos

- Deve ser fornecido com contrapeso que irá combater o peso do NVG/ NVD e outros dispositivos montados na parte frontal do capacete.

- O contrapeso deve ser destacável e pode ser removido pelo usuário quando não for necessário, sem o uso de qualquer ferramenta.

- O sistema de contrapesos deve ser durável e não deve ser fixado através de fita adesiva, correias, telas ou qualquer material têxtil.

- Deve ser bem encaixado, estável e não permitirá deslocamentos desnecessários.

- Os contrapesos devem ser fixados com ou sem capa/cobertura do capacete.

- Os contrapesos devem atender aos requisitos de resistência à corrosão de acordo com a norma ASTM B-117.

Capa/Cobertura

- O capacete deve ser fornecido com duas capas/cobertura

- Uma capa deverá ser no Padrão MULTICAM (para capacetes em tons de Marrom) e uma na cor Preta

- A capa/cobertura deve ser resistente à chama conforme a norma STANAG 2902.

Bolsa de Transporte

- O capacete deve ser acondicionado em uma bolsa de transporte durável e resistente à água com um bolso transparente para detalhes de identificação do usuário.

- A bolsa deverá ser na cor preta.

		<p>Outros requisitos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Devem ser fornecidas folhas de dados technical da matéria-prima utilizada para capacete e seus acessórios. - Pedacos de corda elástica devem ser fornecidos para os lados esquerdo e direito, e devem ser fixados a partir de grades laterais removíveis para o OVN - Os Relatórios de Teste /certificados para todos os parâmetros balísticos e não balísticos não devem ser superiores a 12 meses da data de abertura do certame. - O capacete balístico deve ser projetado para garantir conforto e estabilidade sem comprometer a proteção. - O capacete acabado deve ser seguro de usar e não conter qualquer material nocivo ao usuário. - Cada capacete deve ser fornecido juntamente com o manual do usuário. <p>A licitante vencedora dará garantia ao conjunto do capacete de proteção balística, e todas suas partes, pelo prazo mínimo de 06 (seis) anos, contra quaisquer defeitos de fabricação ou matéria-prima dos componentes, os prazos serão contados a partir do recebimento definitivo dos capacetes</p>		
02	469182	<p>Capacete Militar</p> <p>Características Adicionais: Permite Acoplamento De Acessórios</p> <p>Material: Aramida</p> <p>Tipo: Balístico Nível III-A</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Características Gerais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material: Aramida/ UHMWPE, Híbrido ou superior - Capacete balístico desenvolvido para atividades policiais militares e emprego tático, do tipo Advanced Combat Helmet (ACH) ou Superior; - Modelo High CUT (Corte alto); - Cor: podem ser Tons de MARROM: (Tan, Coyote Brown ou Flat Dark Earth) ou preto; (à ser definido no ato da contratação) - Tamanho: <p>Os cascos dos capacetes balísticos deverão possuir tamanho único com sistema de ajuste interno que contemple os tamanhos de circunferência de cabeça de 48 (quarenta e oito) a 64 (sessenta e quatro) centímetros, oferecendo uma área de cobertura mínima de 1.100 cm² (mil e cem centímetros quadrados)</p> <p>O peso do capacete deve incluir o casco acabado, o sistema de suspensão e o sistema de retenção da cinta de queixo, sem os trilhos e a cobertura</p> <p>Ele deve ser de no máximo de 1.600 gramas (mil e seiscentos gramas)</p> <p>Proteção Balística</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção balística contra ameaça no calibre 9x19 mm. 	Unidade	10

O ensaio deverá ser conduzido **com base na norma NIJ 0106.01**, admitindo-se **critérios técnicos complementares inspirados na VPAM HVN 2009**, exclusivamente para aumento da segurança balística e mitigação de trauma, **sem prejuízo ou conflito entre normas**.

Tal nível de proteção não exige dupla certificação, sim uma melhor performance do equipamento e segurança ao operador.

O ensaio deverá seguir os seguintes parâmetros:

Parâmetros	Especificação
Calibre	9x19 mm
Tipo de Projétil	FMJ
Massa do Projétil	124 Grains
Velocidade Nominal	415 m/s
Tolerância	± 10 m/s

Quantidade de Disparos:

Item	Requisito
Número total de Disparos	05 Disparos por Capacete
Distribuição	Coroa, frontal, lateral direita, lateral esquerda e posterior
Ângulo de impacto	0° (normal à superfície)
Espaçamento mínimo	≥ 50 mm entre impactos
Condição do capacete	Novo, completo, com suspensão original
Distância da amostra ao provete	a amostra deve ser fixada a 5 m da boca do provete

Critério de aceitação balística: Não é permitida penetração completa e não é permitida perfuração parcial com fragmentos internos.

Os disparos na face lateral direita, frontal, lateral esquerda e posterior devem ser realizados à 15mm (quinze milímetros) da borda do capacete transferindo energia cinética residual abaixo de 25 joules, análogo ao VPAM HVN 2009 com tolerância de 2mm (dois milímetros) para mais ou para menos;

Deformação interna (Backface / Deflexão)

Parâmetro	Limite
Energia máxima transmitida ao substrato	≤ 25 joules

O ensaio deverá demonstrar que a energia transmitida ao substrato não excede 25 J.

Substrato e montagem do ensaio:

Item	Requisito
Suporte	Cabeça balística - um dispositivo de sabão que facilita a determinação da energia residual para abaulamento /deformação.
Suspensão	Original de fábrica
Ajuste	Conforme instruções do fabricante
Condições ambientais	Temperatura ambiente controlada

Proteção balística nível III-A (de acordo com as normas técnicas **NIJ 0106.01.** e **VPAM HVN 2009.**) e ameaças adicionais;

Sistema de Retenção

- Deve consistir em uma correia de queixo de 4 pontos, na cor do capacete ou preta com almofada na nuca e sistema de ajuste do tipo catraca para promover estabilidade uniforme. O sistema de catraca deve ser projetado para operação com apenas uma mão (ajuste e fechamento).
- O Sistema de Retenção deverá ser capaz de suportar uma carga de ,pelo menos, 20 kg.
- A alça do queixo deve ter copo de queixo aberto do tipo dividido ou duas tiras de queixo e uma fivela de liberação lateral.
- A alça/correia do Sistema de retenção, deve ter largura máxima de 20 mm e espessura de 1,2 ± 0,5 mm
- Os materiais utilizados no sistema de retenção devem ser adequados e confortáveis para uso, mesmo durante o contato prolongado da pele; Os componentes do sistema de retenção não devem representar qualquer risco à saúde ou irritação da pele e alergias.

Sistema de Suspensão

- Sistema de Suspensão por almofadas internas destacáveis, por velcro, instalado em pelo menos 70% da área interna do capacete, de pelo menos 2 tamanhos/espessura e formatos anatômicos variados.
- Cada jogo de almofadas deverá ser composto de no mínimo 8 almofadas (individuais ou conjugadas), que deverá abranger as correspondentes áreas internas do capacete, a saber, a parte frontal, lateral, traseira e central superior.
- O segundo jogo de almofadas deverá ter uma espessura e/ou dureza diferente (mais fina/grossa, mais macia/dura) para ajuste e conforto do capacete aos diferentes tipos e formatos de cabeças.
- O segundo jogo de almofadas poderá ser complementar ao primeiro jogo, ou seja, ser instalado sobre e/ou em conjunto com as almofadas do primeiro jogo, ou por baixo do mesmo, visando maior flexibilidade de ajustes.
- As almofadas deverão ter material/tratamento antimicrobico e possuírem resistência quanto a desgaste natural de uso e suor com tecido externo respirável de baixa absorção da umidade, e de fácil higienização, composto de espuma com densidade dupla que não seja afetada pela temperatura, altitude ou umidade. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.
- As almofadas devem proporcionar proteção anti-impacto, no padrão mínimo Blunt Impact Performance ACH Blunt (AR/PD10-02, 16/12/2013), ou em alternativa, TR 05 2010/DIN EN 397. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Identificação

- A etiqueta de identificação deve ser fixada na superfície interna do capacete, contendo no mínimo as informações listadas abaixo no idioma português, impressa/gravada de modo que não venha a desaparecer /desbotar durante toda a vida útil do produto, mesmo diante das intempéries de uso, como chuva, suor, imersões, dentre outras condições similares:

- a) Nome do órgão;
- b) Data de fabricação, no formato MM/AAAA;
- c) Data de validade no formato MM/AAAA;
- d) Composição balística;
- e) Nível de proteção balística de acordo com o padrão NIJ;
- f) Números de série e lote de fabricação;
- g) Tamanho

O capacete deve ter o número de série gravado permanentemente no interior do casco.

Acessórios

O capacete deve apresentar os seguintes acessórios:

- a) Cobertura para o casco na cor preta fosco;
- b) Na região frontal: engate de desconexão rápida, conhecido como "shroud" (como referência padrão Wilcox® ou superior) e conjunto de elásticos - "shock cord" e deverá possuir a possibilidade de acoplamento de suporte universal para óculos monóculo de visão noturna (NVG) fixado na parte frontal, sem furo na carcaça do capacete, do casco sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador.

c) Nas laterais: será composto por 02 trilhos com o padrão picatinny rail (MIL-STD-1913 rail e STANAG 2324 rail), que serão fixados na lateral do capacete, sem furo na carcaça do capacete, sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador;

d) Na parte posterior: velcro ou engates de perfil baixo, para fixação de objetos que funcionem como contrapeso ou sistemas de alimentação (baterias);

e) Todos os capacetes e acessórios devem ser idênticos entre si.

f) Áreas de velcro (loop) para instalação/fixação de equipamentos e acessórios na parte externa do casco

- Alternativamente, o capacete balístico poderá ser fornecido com Sistema Modular de Conectores de Acessórios e Contrapesos ou similar de qualidade superior, devendo seguir os descritivos abaixo elencados.

- Sistema Modular de Conectores de Acessórios:

- O acessório deve ser um componente único e deve ser fixado separadamente (destacável) ao capacete sem usar parafusos, inserções, fixadores, fita de velcro ou tiras adesivas de tecido, etc.

- O acessório não deverá exigir nenhum furo ou perfuração no casco do capacete

- Deve permitir a montagem de dispositivos de visão noturna compatível com NVG, PVS7 PVS14, NVG L-3, ENVGIII.

- Deve ser fabricado com materiais duráveis e que não forneçam o risco de se comportarem como fragmentos secundários.

- Deve ser removido ou anexado ao capacete sem usar qualquer ferramenta especial.

- O acessório, uma vez fixado no capacete, deve ser firme, forte e durável, sem articulações fracas, e não deve haver nenhuma folga, movimento indesejado para frente, para trás ou em qualquer direção.

- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902, ou a norma DIN EN ISO 15025. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Trilhos laterais

a) Sistema de trilhos fixos

- Composto de pelo menos 3 trilhos externos fixos, sendo: 1 (um) frontal para sistema de visão noturna e 2 (dois) laterais para acessórios diversos nas laterais.

- Trilho Frontal para Sistema de Visão Noturna (three hole shroud): deve permitir o engate direto de sistemas de visão noturna comuns no mercado, no padrão Wilcox ou superior, em cor básica igual ao restante do capacete ou aproximada (tons próximos);

- Trilhos laterais para instalação de acessórios e opcionais: localizados e fixados nas laterais do capacete. Devem acompanhar 02 (dois) trilhos destacáveis, para acoplamento no trilho lateral fixo, do tipo M-Lok/Picatinny-style (MIL-STD-1913 rail e STANAG2324 rail) para acoplamento e ajustes de acessórios.

- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

b) Sistema de trilhos modular

- Deve ser feito de polímero projetado de alta resistência em tom de cor semelhante ao capacete.
- Os trilhos devem ser anexados modularmente ao sistema de conexão do acessório nas laterais do capacete na altura das orelhas.
- Os trilhos removíveis devem ter provisão para fixação de corda elástica.
- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.
- O peso total dos trilhos laterais, cobertura e provisão para contrapesos não deve exceder 360±20 g.
- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

Contrapesos

- Deve ser fornecido com contrapeso que irá combater o peso do NVG/ NVD e outros dispositivos montados na parte frontal do capacete.
- O contrapeso deve ser destacável e pode ser removido pelo usuário quando não for necessário, sem o uso de qualquer ferramenta.
- O sistema de contrapesos deve ser durável e não deve ser fixado através de fita adesiva, correias, telas ou qualquer material têxtil.
- Deve ser bem encaixado, estável e não permitirá deslocamentos desnecessários.
- Os contrapesos devem ser fixados com ou sem capa/cobertura do capacete.
- Os contrapesos devem atender aos requisitos de resistência à corrosão de acordo com a norma ASTM B-117.

Capa/Cobertura

- O capacete deve ser fornecido com duas capas/cobertura
- Uma capa deverá ser no Padrão MULTICAM (para capacetes em tons de Marrom) e uma na cor Preta
- A capa/cobertura deve ser resistente à chama conforme a norma STANAG 2902.

Bolsa de Transporte

- O capacete deve ser acondicionado em uma bolsa de transporte durável e resistente à água com um bolso transparente para detalhes de identificação do usuário.
- A bolsa deverá ser na cor preta.

Outros requisitos

- Devem ser fornecidas folhas de dados technical da matéria-prima utilizada para capacete e seus acessórios.
- Pedacos de corda elástica devem ser fornecidos para os lados esquerdo e direito, e devem ser fixados a partir de grades laterais removíveis para o OVN
- Os Relatórios de Teste /certificados para todos os parâmetros balísticos e não balísticos não devem ser superiores a 12 meses da data de abertura do certame.

Calibre	9x19 mm
Tipo de Projétil	FMJ
Massa do Projétil	124 Grains
Velocidade Nominal	415 m/s
Tolerância	± 10 m/s

Quantidade de Disparos:

Item	Requisito
Número total de Disparos	05 Disparos por Capacete
Distribuição	Coroa, frontal, lateral direita, lateral esquerda e posterior
Ângulo de impacto	0° (normal à superfície)
Espaçamento mínimo	≥ 50 mm entre impactos
Condição do capacete	Novo, completo, com suspensão original
Distância da amostra ao provete	a amostra deve ser fixada a 5 m da boca do provete

Critério de aceitação balística: Não é permitida penetração completa e não é permitida perfuração parcial com fragmentos internos.

Os disparos na face lateral direita, frontal, lateral esquerda e posterior devem ser realizados à 15mm (quinze milímetros) da borda do capacete transferindo energia cinética residual abaixo de 25 joules, análogo ao VPAM HVN 2009 com tolerância de 2mm (dois milímetros) para mais ou para menos;

Deformação interna (Backface / Deflexão)

Parâmetro	Limite
Energia máxima transmitida ao substrato	≤ 25 joules

O ensaio deverá demonstrar que a energia transmitida ao substrato não excede 25 J.

Substrato e montagem do ensaio:

Item	Requisito
Suporte	Cabeça balística - um dispositivo de sabão que facilita a determinação da energia residual para abaulamento /deformação.
Suspensão	Original de fábrica
Ajuste	Conforme instruções do fabricante
Condições ambientais	Temperatura ambiente controlada

Proteção balística nível III-A (de acordo com as normas técnicas **NIJ 0106.01.** e **VPAM HVN 2009.**) e ameaças adicionais;

Sistema de Retenção

- Deve consistir em uma correia de queixo de 4 pontos, na cor do capacete ou preta com almofada na nuca e sistema de ajuste do tipo catraca para promover estabilidade uniforme. O sistema de catraca deve ser projetado para operação com apenas uma mão (ajuste e fechamento).
- O Sistema de Retenção deverá ser capaz de suportar uma carga de ,pelo menos, 20 kg.
- A alça do queixo deve ter copo de queixo aberto do tipo dividido ou duas tiras de queixo e uma fivela de liberação lateral.
- A alça/correia do Sistema de retenção, deve ter largura máxima de 20 mm e espessura de $1,2 \pm 0,5$ mm
- Os materiais utilizados no sistema de retenção devem ser adequados e confortáveis para uso, mesmo durante o contato prolongado da pele; Os componentes do sistema de retenção não devem representar qualquer risco à saúde ou irritação da pele e alergias.

Sistema de Suspensão

- Sistema de Suspensão por almofadas internas destacáveis, por velcro, instalado em pelo menos 70% da área interna do capacete, de pelo menos 2 tamanhos/espessura e formatos anatômicos variados.
- Cada jogo de almofadas deverá ser composto de no mínimo 8 almofadas (individuais ou conjugadas), que deverá abranger as correspondentes áreas internas do capacete, a saber, a parte frontal, lateral, traseira e central superior.
- O segundo jogo de almofadas deverá ter uma espessura e/ou dureza diferente (mais fina/grossa, mais macia/dura) para ajuste e conforto do capacete aos diferentes tipos e formatos de cabeças.

- O segundo jogo de almofadas poderá ser complementar ao primeiro jogo, ou seja, ser instalado sobre e/ou em conjunto com as almofadas do primeiro jogo, ou por baixo do mesmo, visando maior flexibilidade de ajustes.

- As almofadas deverão ter material/tratamento antimicrobico e possuírem resistência quanto a desgaste natural de uso e suor com tecido externo respirável de baixa absorção da umidade, e de fácil higienização, composto de espuma com densidade dupla que não seja afetada pela temperatura, altitude ou umidade. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

-As almofadas devem proporcionar proteção anti-impacto, no padrão mínimo Blunt Impact Performance ACH Blunt (AR/PD10-02, 16/12/2013), ou em alternativa, TR 05 2010/DIN EN 397. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Identificação

-A etiqueta de identificação deve ser fixada na superfície interna do capacete, contendo no mínimo as informações listadas abaixo no idioma português, impressa/gravada de modo que não venha a desaparecer /desbotar durante toda a vida útil do produto, mesmo diante das intempéries de uso, como chuva, suor, imersões, dentre outras condições similares:

- a) Nome do órgão;
- b) Data de fabricação, no formato MM/AAAA;
- c) Data de validade no formato MM/AAAA;
- d) Composição balística;
- e) Nível de proteção balística de acordo com o padrão NIJ;
- f) Números de série e lote de fabricação;
- g) Tamanho

O capacete deve ter o número de série gravado permanentemente no interior do casco.

Acessórios

O capacete deve apresentar os seguintes acessórios:

- a) Cobertura para o casco na cor preta fosco;
- b) Na região frontal: engate de desconexão rápida, conhecido como "shroud" (como referência padrão Wilcox® ou superior) e conjunto de elásticos - "shock cord" e deverá possuir a possibilidade de acoplamento de suporte universal para óculos monóculo de visão noturna (NVG) fixado na parte frontal, sem furo na carcaça do capacete, do casco sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador.
- c) Nas laterais: será composto por 02 trilhos com o padrão picatinny rail (MIL-STD-1913 rail e STANAG 2324 rail), que serão fixados na lateral do capacete, sem furo na carcaça do capacete, sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador;
- d) Na parte posterior: velcro ou engates de perfil baixo, para fixação de objetos que funcionem como contrapeso ou sistemas de alimentação (baterias);
- e) Todos os capacetes e acessórios devem ser idênticos entre si.

f) Áreas de velcro (loop) para instalação/fixação de equipamentos e acessórios na parte externa do casco.

- **Alternativamente, o capacete balístico poderá ser fornecido com Sistema Modular de Conectores de Acessórios e Contrapesos ou similar de qualidade superior, devendo seguir os descritivos abaixo elencados.**

- Sistema Modular de Conectores de Acessórios:

- O acessório deve ser um componente único e deve ser fixado separadamente (destacável) ao capacete sem usar parafusos, inserções, fixadores, fita de velcro ou tiras adesivas de tecido, etc.

- O acessório não deverá exigir nenhum furo ou perfuração no casco do capacete

- Deve permitir a montagem de dispositivos de visão noturna compatível com NVG, PVS7 PVS14, NVG L-3, ENVGIII.

- Deve ser fabricado com materiais duráveis e que não forneçam o risco de se comportarem como fragmentos secundários.

- Deve ser removido ou anexado ao capacete sem usar qualquer ferramenta especial.

- O acessório, uma vez fixado no capacete, deve ser firme, forte e durável, sem articulações fracas, e não deve haver nenhuma folga, movimento indesejado para frente, para trás ou em qualquer direção.

- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902, ou a norma DIN EN ISO 15025. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Trilhos laterais

a) Sistema de trilhos fixos

- Composto de pelo menos 3 trilhos externos fixos, sendo: 1 (um) frontal para sistema de visão noturna e 2 (dois) laterais para acessórios diversos nas laterais.

- Trilho Frontal para Sistema de Visão Noturna (three hole shroud): deve permitir o engate direto de sistemas de visão noturna comuns no mercado, no padrão Wilcox ou superior, em cor básica igual ao restante do capacete ou aproximada (tons próximos);

- Trilhos laterais para instalação de acessórios e opcionais: localizados e fixados nas laterais do capacete. Devem acompanhar 02 (dois) trilhos destacáveis, para acoplamento no trilho lateral fixo, do tipo M-Lok/Picatinny-style (MIL-STD-1913 rail e STANAG2324 rail) para acoplamento e ajustes de acessórios.

- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

b) Sistema de trilhos modular

- Deve ser feito de polímero projetado de alta resistência em tom de cor semelhante ao capacete.

- Os trilhos devem ser anexados modularmente ao sistema de conexão do acessório nas laterais do capacete na altura das orelhas.

- Os trilhos removíveis devem ter provisão para fixação de corda elástica.

- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

- O peso total dos trilhos laterais, cobertura e provisão para contrapesos não deve exceder 360±20 g.

- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

Contrapesos

- Deve ser fornecido com contrapeso que irá combater o peso do NVG/ NVD e outros dispositivos montados na parte frontal do capacete.

- O contrapeso deve ser destacável e pode ser removido pelo usuário quando não for necessário, sem o uso de qualquer ferramenta.

- O sistema de contrapesos deve ser durável e não deve ser fixado através de fita adesiva, correias, telas ou qualquer material têxtil.

- Deve ser bem encaixado, estável e não permitirá deslocamentos desnecessários.

- Os contrapesos devem ser fixados com ou sem capa/cobertura do capacete.

- Os contrapesos devem atender aos requisitos de resistência à corrosão de acordo com a norma ASTM B-117.

Capa/Cobertura

- O capacete deve ser fornecido com duas capas/cobertura

- Uma capa deverá ser no Padrão MULTICAM (para capacetes em tons de Marrom) e uma na cor Preta

- A capa/cobertura deve ser resistente à chama conforme a norma STANAG 2902.

Bolsa de Transporte

- O capacete deve ser acondicionado em uma bolsa de transporte durável e resistente à água com um bolso transparente para detalhes de identificação do usuário.

- A bolsa deverá ser na cor preta.

Outros requisitos

- Devem ser fornecidas folhas de dados technical da matéria-prima utilizada para capacete e seus acessórios.

- Pedacos de corda elástica devem ser fornecidos para os lados esquerdo e direito, e devem ser fixados a partir de grades laterais removíveis para o OVN

- Os Relatórios de Teste /certificados para todos os parâmetros balísticos e não balísticos não devem ser superiores a 12 meses da data de abertura do certame.

- O capacete balístico deve ser projetado para garantir conforto e estabilidade sem comprometer a proteção.

- O capacete acabado deve ser seguro de usar e não conter qualquer material nocivo ao usuário.

- Cada capacete deve ser fornecido juntamente com o manual do usuário.

		A licitante vencedora dará garantia ao conjunto do capacete de proteção balística, e todas suas partes, pelo prazo mínimo de 06 (seis) anos, contra quaisquer defeitos de fabricação ou matéria-prima dos componentes, os prazos serão contados a partir do recebimento definitivo dos capacetes.								
04	469182	<p>Capacete Militar</p> <p>Características Adicionais: Permite Acoplamento De Acessórios</p> <p>Material: Aramida</p> <p>Tipo: Balístico Nível III-A</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Características Gerais.</p> <p>- Material: Aramida/ UHMWPE, Híbrido ou material superior</p> <p>- Capacete balístico desenvolvido para atividades policiais militares e emprego tático, do tipo Advanced Combat Helmet (ACH) ou Superior;</p> <p>- Modelo Standard/Full CUT (Corte Padrão);</p> <p>- Cor: Tons de MARROM: (Tan, Coyote Brown ou Flat Dark Earth) ou preto; (à ser definido no ato da contratação)</p> <p>- Tamanho</p> <p>Os cascos dos capacetes balísticos deverão possuir tamanho único com sistema de ajuste interno que contemple os tamanhos de circunferência de cabeça de 48 (quarenta e oito) a 64 (sessenta e quatro) centímetros, oferecendo uma área de cobertura mínima de 1.300 cm² (mil e trezentos centímetros quadrados)</p> <p>O peso do capacete deve incluir o casco acabado, o sistema de suspensão e o sistema de retenção da cinta de queixo, sem os trilhos e a cobertura</p> <p>Ele deve ser de no máximo de 1.900 gramas (mil e novecentas gramas)</p> <p>Proteção Balística</p> <p>- Proteção balística contra ameaça no calibre 9x19 mm.</p> <p>O ensaio deverá ser conduzido com base na norma NIJ 0106.01, admitindo-se critérios técnicos complementares inspirados na VPAM HVN 2009, exclusivamente para aumento da segurança balística e mitigação de trauma, sem prejuízo ou conflito entre normas.</p> <p>Tal nível de proteção não exige dupla certificação, sim uma melhor performance do equipamento e segurança ao operador.</p> <p>O ensaio deverá seguir os seguintes parâmetros:</p> <table><tr><td>Parâmetros</td><td>Especificação</td></tr><tr><td>Calibre</td><td>9x19 mm</td></tr><tr><td>Tipo de Projétil</td><td>FMJ</td></tr></table>	Parâmetros	Especificação	Calibre	9x19 mm	Tipo de Projétil	FMJ	Unidade	09
Parâmetros	Especificação									
Calibre	9x19 mm									
Tipo de Projétil	FMJ									

Massa do Projétil	124 Grains
Velocidade Nominal	415 m/s
Tolerância	± 10 m/s

Quantidade de Disparos:

Item	Requisito
Número total de Disparos	05 Disparos por Capacete
Distribuição	Coroa, frontal, lateral direita, lateral esquerda e posterior
Ângulo de impacto	0° (normal à superfície)
Espaçamento mínimo	≥ 50 mm entre impactos
Condição do capacete	Novo, completo, com suspensão original
Distância da amostra ao provete	a amostra deve ser fixada a 5 m da boca do provete

Critério de aceitação balística: Não é permitida penetração completa e não é permitida perfuração parcial com fragmentos internos.

Os disparos na face lateral direita, frontal, lateral esquerda e posterior devem ser realizados à 15mm (quinze milímetros) da borda do capacete transferindo energia cinética residual abaixo de 25 joules, análogo ao VPAM HVN 2009 com tolerância de 2mm (dois milímetros) para mais ou para menos;

Deformação interna (Backface / Deflexão)

Parâmetro	Límite
Energia máxima transmitida ao substrato	≤ 25 joules

O ensaio deverá demonstrar que a energia transmitida ao substrato não excede 25 J.

Substrato e montagem do ensaio:

--	--

Item	Requisito
Suporte	Cabeça balística - um dispositivo de sabão que facilita a determinação da energia residual para abaulamento /deformação.
Suspensão	Original de fábrica
Ajuste	Conforme instruções do fabricante
Condições ambientais	Temperatura ambiente controlada

Proteção balística nível III-A (de acordo com as normas técnicas **NIJ 0106.01.** e **VPAM HVN 2009.**) e ameaças adicionais;

Sistema de Retenção

- Deve consistir em uma correia de queixo de 4 pontos, na cor do capacete ou preta com almofada na nuca e sistema de ajuste do tipo catraca para promover estabilidade uniforme. O sistema de catraca deve ser projetado para operação com apenas uma mão (ajuste e fechamento).
- O Sistema de Retenção deverá ser capaz de suportar uma carga de ,pelo menos, 20 kg.
- A alça do queixo deve ter copo de queixo aberto do tipo dividido ou duas tiras de queixo e uma fivela de liberação lateral.
- A alça/correia do Sistema de retenção, deve ter largura máxima de 20 mm e espessura de $1,2 \pm 0,5$ mm
- Os materiais utilizados no sistema de retenção devem ser adequados e confortáveis para uso, mesmo durante o contato prolongado da pele; Os componentes do sistema de retenção não devem representar qualquer risco à saúde ou irritação da pele e alergias.

Sistema de Suspensão

- Sistema de Suspensão por almofadas internas destacáveis, por velcro, instalado em pelo menos 70% da área interna do capacete, de pelo menos 2 tamanhos/espessura e formatos anatômicos variados.
- Cada jogo de almofadas deverá ser composto de no mínimo 8 almofadas (individuais ou conjugadas), que deverá abranger as correspondentes áreas internas do capacete, a saber, a parte frontal, lateral, traseira e central superior.
- O segundo jogo de almofadas deverá ter uma espessura e/ou dureza diferente (mais fina/grossa, mais macia/dura) para ajuste e conforto do capacete aos diferentes tipos e formatos de cabeças.
- O segundo jogo de almofadas poderá ser complementar ao primeiro jogo, ou seja, ser instalado sobre e/ou em conjunto com as almofadas do primeiro jogo, ou por baixo do mesmo, visando maior flexibilidade de ajustes.
- As almofadas deverão ter material/tratamento antimicrobico e possuírem resistência quanto a desgaste natural de uso e suor com tecido externo respirável de baixa absorção da umidade, e de fácil

higienização, composto de espuma com densidade dupla que não seja afetada pela temperatura, altitude ou umidade. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

-As almofadas devem proporcionar proteção anti-impacto, no padrão mínimo Blunt Impact Performance ACH Blunt (AR/PD10-02, 16/12/2013), ou em alternativa, TR 05 2010/DIN EN 397. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Identificação

-A etiqueta de identificação deve ser fixada na superfície interna do capacete, contendo no mínimo as informações listadas abaixo no idioma português, impressa/gravada de modo que não venha a desaparecer /desbotar durante toda a vida útil do produto, mesmo diante das intempéries de uso, como chuva, suor, imersões, dentre outras condições similares:

- a) Nome do órgão;
- b) Data de fabricação, no formato MM/AAAA;
- c) Data de validade no formato MM/AAAA;
- d) Composição balística;
- e) Nível de proteção balística de acordo com o padrão NIJ;
- f) Números de série e lote de fabricação;
- g) Tamanho

O capacete deve ter o número de série gravado permanentemente no interior do casco.

Acessórios

O capacete deve apresentar os seguintes acessórios:

- a) Cobertura para o casco na cor preta fosco;
- b) Na região frontal: engate de desconexão rápida, conhecido como "shroud" (como referência padrão Wilcox® ou superior) e conjunto de elásticos - "shock cord" e deverá possuir a possibilidade de acoplamento de suporte universal para óculos monóculo de visão noturna (NVG) fixado na parte frontal, sem furo na carcaça do capacete, do casco sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador.
- c) Nas laterais: será composto por 02 trilhos com o padrão picatinny rail (MIL-STD-1913 rail e STANAG 2324 rail), que serão fixados na lateral do capacete, sem furo na carcaça do capacete, sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador;
- d) Na parte posterior: velcro ou engates de perfil baixo, para fixação de objetos que funcionem como contrapeso ou sistemas de alimentação (baterias);
- e) Todos os capacetes e acessórios devem ser idênticos entre si.
- f) Áreas de velcro (loop) para instalação/fixação de equipamentos e acessórios na parte externa do casco.

- Alternativamente, o capacete balístico poderá ser fornecido com Sistema Modular de Conectores de Acessórios e Contrapesos ou similar de qualidade superior, devendo seguir os descritivos abaixo elencados.

- Sistema Modular de Conectores de Acessórios:

- O acessório deve ser um componente único e deve ser fixado separadamente (destacável) ao capacete sem usar parafusos, inserções, fixadores, fita de velcro ou tiras adesivas de tecido, etc.
- O acessório não deverá exigir nenhum furo ou perfuração no casco do capacete
- Deve permitir a montagem de dispositivos de visão noturna compatível com NVG, PVS7 PVS14, NVG L-3, ENVGIII.
- Deve ser fabricado com materiais duráveis e que não forneçam o risco de se comportarem como fragmentos secundários.
- Deve ser removido ou anexado ao capacete sem usar qualquer ferramenta especial.
- O acessório, uma vez fixado no capacete, deve ser firme, forte e durável, sem articulações fracas, e não deve haver nenhuma folga, movimento indesejado para frente, para trás ou em qualquer direção.
- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902, ou a norma DIN EN ISO 15025. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Trilhos laterais

a) Sistema de trilhos fixos

- Composto de pelo menos 3 trilhos externos fixos, sendo: 1 (um) frontal para sistema de visão noturna e 2 (dois) laterais para acessórios diversos nas laterais.
- Trilho Frontal para Sistema de Visão Noturna (three hole shroud): deve permitir o engate direto de sistemas de visão noturna comuns no mercado, no padrão Wilcox ou superior, em cor básica igual ao restante do capacete ou aproximada (tons próximos);
- Trilhos laterais para instalação de acessórios e opcionais: localizados e fixados nas laterais do capacete. Devem acompanhar 02 (dois) trilhos destacáveis, para acoplamento no trilho lateral fixo, do tipo M-Lok/Picatinny-style (MIL-STD-1913 rail e STANAG2324 rail) para acoplamento e ajustes de acessórios.
- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

b) Sistema de trilhos modular

- Deve ser feito de polímero projetado de alta resistência em tom de cor semelhante ao capacete.
- Os trilhos devem ser anexados modularmente ao sistema de conexão do acessório nas laterais do capacete na altura das orelhas.
- Os trilhos removíveis devem ter provisão para fixação de corda elástica.
- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.
- O peso total dos trilhos laterais, cobertura e provisão para contrapesos não deve exceder 360±20 g.
- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

Contrapesos

		<ul style="list-style-type: none"> - Deve ser fornecido com contrapeso que irá combater o peso do NVG/ NVD e outros dispositivos montados na parte frontal do capacete. - O contrapeso deve ser destacável e pode ser removido pelo usuário quando não for necessário, sem o uso de qualquer ferramenta. - O sistema de contrapesos deve ser durável e não deve ser fixado através de fita adesiva, correias, telas ou qualquer material têxtil. - Deve ser bem encaixado, estável e não permitirá deslocamentos desnecessários. - Os contrapesos devem ser fixados com ou sem capa/cobertura do capacete. - Os contrapesos devem atender aos requisitos de resistência à corrosão de acordo com a norma ASTM B-117. <p>Capa/Cobertura</p> <ul style="list-style-type: none"> - O capacete deve ser fornecido com duas capas/cobertura - Uma capa deverá ser no Padrão MULTICAM (para capacetes em tons de Marrom) e uma na cor Preta - A capa/cobertura deve ser resistente à chama conforme a norma STANAG 2902. <p>Bolsa de Transporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - O capacete deve ser acondicionado em uma bolsa de transporte durável e resistente à água com um bolso transparente para detalhes de identificação do usuário. - A bolsa deverá ser na cor preta. <p>Outros requisitos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Devem ser fornecidas folhas de dados technical da matéria-prima utilizada para capacete e seus acessórios. - Pedacos de corda elástica devem ser fornecidos para os lados esquerdo e direito, e devem ser fixados a partir de grades laterais removíveis para o OVN - Os Relatórios de Teste /certificados para todos os parâmetros balísticos e não balísticos não devem ser superiores a 12 meses da data de abertura do certame. - O capacete balístico deve ser projetado para garantir conforto e estabilidade sem comprometer a proteção. - O capacete acabado deve ser seguro de usar e não conter qualquer material nocivo ao usuário. - Cada capacete deve ser fornecido juntamente com o manual do usuário. <p>A licitante vencedora dará garantia ao conjunto do capacete de proteção balística, e todas suas partes, pelo prazo mínimo de 06 (seis) anos, contra quaisquer defeitos de fabricação ou matéria-prima dos componentes, os prazos serão contados a partir do recebimento definitivo dos capacetes</p>		
--	--	---	--	--

1.2. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	PCAL	PMAL	SERIS	SSP	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	TOTAL
	UNIDADE					10%	50%	

1		99	497	-	994			1.590
2(Cota)	UNIDADE	1	3	-	6	10%	50%	10
3	UNIDADE	20	497	20	994	10%	50%	1.531
4 (Cota)	UNIDADE	0	03	0	06	10%	50%	09

- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. **Nem sempre será possível localizar algum código no CATMAT que atenda a demanda da administração pública. Sendo assim, é importante frisar que os detalhes técnicos que contemplam o Termo de Referência do Edital estão citados na Descrição Complementar dos Itens, e irão prevalecer em qualquer contradição com o CATMAT.**
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é ate 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do art.105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 1.5.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas em Lei.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública Eixo Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social - FISPDS, exercício orçamentário 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.
- 2.3. Os policiais militares do Estado de Alagoas rotineiramente necessitam de Capacetes balísticos para a sua utilização e proteção policial policial, objetivando executar os mais diversos serviços diários. Visando a manutenção das atividades, as quais não podem ser interrompidas, bem como salvaguardar a integridade física do operador. É de suma importância que a SSP realize gestões para que todos os seus órgãos vinculados tenha acesso a esse tipo de tecnologia, objetivando um menor tempo dispendido para o desenvolvimento das atividades, aumentar a segurança do operador e até maior qualidade no serviço elaborado.
- 2.4. Os órgãos vinculados a SSP, especificamente a PMAL, PCAL, a Polícia Científica e a CBMAL contam hoje com o efetivo de aproximadamente 12.000 (Doze Mil Agentes) agentes atuando nas instituições e nos 102 municípios Alagoanos, como devido à grande demanda de atuação que suas atribuições impõem, os capacetes balísticos se fazem necessários para melhor desenvolvimento de seu trabalho e prestação de serviço à sociedade Alagoana.
- 2.5. Dessa forma, observa-se a obrigação do Estado em tornar disponíveis capacetes balísticos de qualidade, que garantam proteção, conforto e leveza ao operador, e a todos os seus agentes de segurança pública em serviço e/ou disponíveis ao acautelamento, podendo recair sobre sua responsabilidade, toda ação policial que ultrapasse o limite de força necessária, em consequência de sua omissão diante da ausência de controle e/ou da capacitação de seus servidores junto ao manuseio do conjunto bélico e de proteção individual, neste caso os capacetes balísticos..
- 2.6. Não obstante, o operador deve utilizar a melhor tecnologia para salvaguardar sua vida e dos cidadãos, sendo necessário disponibilizar ao órgãos vinculados da SSP um capacete balístico, que possa ser empregada nas situações acima consideradas, em consonância ao que é exigido pelas normas, pactos e tratados nacionais e internacionais, bem como tal equipamento possa ser empregado juntamente com outros acessórios, como mira termais, night vision e lanternas táticas.
- 2.7. Sendo assim, é a defesa da vida através do melhor equipamento nas mãos do policial nas resoluções das ocorrências, que proporcionará um serviço de melhor qualidade a população alagoana, e aquisição de Capacetes balísticos de qualidade é fator primordial

para atender tal mister. Assim, ao dotar o policial militar com equipamentos e materiais de qualidade e com capacitação adequada para seu uso, o Estado está contribuindo diretamente na preservação da vida tanto do policial, quanto do cidadão atendido pela força de segurança estatal, porém apto em caso de extrema necessidade a utilização da força.

2.8. Nesse íterim, a necessidade de capacetes balísticos, baseia-se também, pelo motivo de estarmos com atualização de material, desgastado pelo seu uso, inclusão de novos servidores, atualização tecnológica, bem como validade dos capacetes existentes, necessidade de treinamento e substituição de produtos. Não menos importante existe uma carência na atividade policial deste equipamento, que oferecerá condições adequadas de uso com confiabilidade necessária para os servidores da segurança pública estadual, principalmente no que concerne a execução de treinamento, capacitação e uso operacional.

2.9. Também, é notório que os índices de criminalidade dos últimos anos vêm sofrendo uma acentuada diminuição no Estado de Alagoas, isso se dá ao fato de que, a administração pública, preocupada em dar maior sensação de segurança ao povo alagoano procurou investir e aparelhar melhor os órgãos de segurança pública, dando adequadas condições de trabalho, para que os servidores executem as medidas necessárias para combater a criminalidade.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Em análise das necessidades da demanda, bem como das soluções disponíveis no mercado, e dos cenários possíveis para a Administração, conclui-se pela seguinte solução: Registro de preço para aquisição de Capacetes Balísticos visando atender as necessidades da SSP e dos órgãos partícipes, através da realização de pregão eletrônico internacional, nas especificações e quantidades contidas neste instrumento.

3.2 Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, posto que constituem-se em produtos disponíveis no mercado. Salienta-se que as especificações técnicas dispostas neste Estudo Preliminar apresentam todas as informações necessárias aos fornecedores.

3.3 A complexidade dos materiais pretendidos não descaracteriza a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. “Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão.” (Acórdão nº 1.114/2006 – Plenário; Acórdão nº 2.471/2008-TCUPlenário, item 9.2.4).

3.4 A contratação será efetivada por meio da celebração de Ata de Registro de Preços, uma vez que o material a ser adquirido demanda medidas individuais, e considerando a expansão das operações, existe a necessidade de aquisições frequentes, com o mesmo instrumento.

3.5 Assim, a aquisição em tela se encaixa no inciso III do art 3º DECRETO Nº 95.019, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023 -Decreto que disciplina o uso do registro de preços, a saber: Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

3.6 Considerando os itens a serem adquiridos, temos a descrição a seguir: Os parâmetros arrolados no Termo de Referência devem ter por objetivo a aquisição de Capacetes Balísticos com certificações e padrões de qualidade objetivando apresentar ao operador um material de extrema eficiência, a fim de garantir uma proteção adicional nas mais diversas missões empregadas.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.2. A licitação deverá seguir o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (parte 6 – A Sustentabilidade na Aquisição de Bens e Produtos).

4.1.1.3. Os equipamentos deverão ser fabricados sempre que possível com materiais atóxicos e recicláveis.

4.1.1.4. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.2. Exigência de amostra

4.2.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, **no prazo de até 20 dias úteis**, objetivando a análise metrológica, visual e ensaio balístico, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.2.2 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.2.2.1 **Item 1** - 02 (duas) para o teste de resistência balística e análise visual e metrológica.

4.2.2.2 **Item 2** - 02 (duas) para o teste de resistência balística e análise visual e metrológica.

4.2.2.3 **Item 3** - 02 (duas) para o teste de resistência balística e análise visual e metrológica.

4.2.2.4 **Item 4** - 02 (duas) para o teste de resistência balística e análise visual e metrológica.

4.2.3 As amostras poderão ser entregues na Sede da SSP, Rua Zadir Índio, Centro-Maceió, Alagoas, no prazo limite de 20 dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.2.3.1 Em caso de empresa estrangeira, o prazo para recebimento das amostras irá se iniciar a partir da concessão da CII, ou da Licença de Importação (LI), ou do que acontecer por último.

4.2.4 É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.2.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.2.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.2.6.1 **Inspeção visual e Metrológica:** Esta análise consiste em verificar se o Capacete atende as especificações descritas no termo de Referência quanto a medidas, peso, acabamento e conferência dos laudos.

4.2.6.2 **Condição de aprovação:** I) Não podem haver quinas ou cantos vivos que possam lesionar/machucar o usuário, furos, rachaduras, defeitos visuais no acabamento, peso diferente do especificado, alterações nas medidas do casco, peso, das correias do sistema de retenção, e laudos com certificações diversas das exigidas, bem como demais exigências deste Termo de referência.

4.2.6.3 **Teste de Resistência Balística:** A empresa vencedora do certame, deverá disponibilizar a opção de 03 (Três) laboratórios para a realização do teste de Eficiência Balística, laboratórios este **que devem ser acreditados NIJ (NATIONAL INSTITUTE OF JUSTICE) ou VPAN, e que forneça as condições adequadas para a realização dos ensaios balísticos conforme descritos e exigências neste termo de referência**, devendo a escolha do local ser estabelecida pela SSP.

4.2.6.3.1 Os testes do item anterior serão realizados PREFERENCIALMENTE em laboratório de instituição pública, podendo EXCEPCIONALMENTE, no interesse da Administração, ser realizado em laboratório privado, desde que possua comprovada capacidade técnica para certificação das amostras, cujos eventuais custos de fornecimento de insumos para realização dos testes, de utilização do laboratório e demais serviços deverão ser suportados pelo licitante arrematante, ficando à critério da Administração Pública informar o local, data e horário dos ensaios.

4.2.6.3.2 **Deverá ser providenciado pela empresa vencedora o envio de 04 (quatro) membros da Comissão responsável pelo acompanhamento/realização do Teste de Resistência Balística, para o laboratório escolhido, dentre as 03 (três) opções oferecidas.** Salienta-se que todos os custos financeiros serão por conta da empresa vencedora da licitação, inclusive a estadia, alimentação, transporte terrestre e aéreo dos membros da Comissão, **bem como os custos operacionais, laboratório, equipamentos, insumos e demais custos para a realização de todos os testes previstos neste edital.**

4.2.6.3.1 A empresa vencedora do certame poderá apresentar as amostras previstas nos itens 4.2.2, 4.2.2.1, 4.2.2.2, 4.2.2.3 e 4.2.2.4 no próprio local de realização dos ensaios balísticos, desde que formule solicitação prévia à Administração Pública, mediante documentação formal devidamente fundamentada.

4.2.6.3.2 A autorização para apresentação das amostras em local diverso dependerá de análise e aprovação expressa pela Comissão Avaliadora dos Itens.

4.2.6.3.2.1 Todos os custos logísticos e operacionais decorrentes do deslocamento da Comissão Avaliadora, bem como aqueles relacionados à realização dos testes, correrão integralmente por conta do licitante arrematante, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

4.2.6.3.2.2 Deverá ser rigorosamente observado o prazo estabelecido no item 4.1 para a apresentação das amostras, independentemente do local autorizado para sua entrega e avaliação.

4.2.6.3.3 **Condição de Aprovação:** Será considerada aprovada a amostra que estiver em conformidade com o descritivo técnico contido neste termo de referência.

4.2.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.2.8 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.2.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.2.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.2.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.2.12 A SSP poderá designar em conjunto com outros órgãos, especialistas, peritos e/ou servidores envolvidos com o certame, para acompanhar a realização dos respectivos ensaios em laboratórios.

4.2.13 Acompanhado das amostras DEVERÁ ser apresentado Laudo completo efetuado pela fabricante comprovando que os capacetes oferecidos cumprem os requisitos descritos neste termo, ficando a cargo da comissão técnica da SSP, replicar os testes para comprovação a qualquer momento dos requisitos técnicos.

4.2.14 Em caso de empresa estrangeira, os laudos apresentados deverão estar traduzidos para a língua portuguesa, podendo ser inicialmente tradução livre.

4.2.15 Caso os laudos não estejam acompanhando as amostras, a empresa será desclassificada, sendo consequentemente convocada a empresa subsequente classificada no certame.

4.2.16 A Comissão realizará o ensaio balístico nas amostras apresentadas pelos licitantes antes da homologação do resultado.

4.2.17 Será admitida a apresentação de documentação que contenha as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a título de amostra (catálogos, manuais, folhetos, propostas), enviada por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

4.2.18 As amostras não poderão fazer parte do quantitativo a ser entregue após a contratação.

4.2.19. A contratada deverá emitir declaração informando que disponibilizará infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional, sob pena de desclassificação da proposta.

4.4. Subcontratação

4.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Garantia da contratação

4.5.1. Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

4.5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 100 dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3 Os bens deverão ser entregues no(s) endereço(s) descritos no ANEXO I deste Termo de Referência.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. Os Capacetes deverão ter garantia de fábrica de pelo menos 6 (seis) anos, contados a partir da sua entrega e aceitação. Defeitos de fábrica dentro do período de garantia, deverão ser reparados sem custo para a administração em até 30 (trinta) dias úteis contados a partir da retirada do equipamento das dependências da Administração. O fornecedor deverá emitir carta de garantia de fábrica de no mínimo 5 anos e de igual período para peças de reposição.

5.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.5. O Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da efetiva notificação pelo Contratante.

5.7 Os serviços de manutenção e assistência técnica serão prestados mediante o deslocamento de técnico às dependências da Administração.

5.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.12. Ficará a cargo do fabricante a retirada e o envio dos materiais à assistência técnica ou para a fábrica, juntamente com os documentos necessários, bem como está se responsabilizará pelos custos totais da reparação ou substituição do material.

5.13. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.14. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.15. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.16. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Obrigações da Contratante

5.19. São obrigações da Contratante:

5.19.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.19.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.19.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.119.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.19.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

5.19.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações da Contratada

5.20. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.20.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.20.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

5.20.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.20.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.20.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.20.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.20.7 No caso de uma empresa estrangeira ser a vencedora do certame, todas as despesas correrão por conta da CONTRATADA, tais como: despesas diretas e indiretas, de importação, seguro de transporte internacional, embalagem, seguros diversos, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, do seguro de transporte internacional, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte e frete nacionais, tributos, impostos, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, taxas (Siscomex, de companhia aérea, do RADAR, da licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, emissão da respectiva carta de crédito e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado.

5.20.8 São de responsabilidade da CONTRATADA, a obtenção da licença de importação, pagamento de seguro, transporte, depósito dos equipamentos, custos de desembaraço e todos os custos (despesas) de formalidades alfandegárias pagáveis na importação. A CONTRATANTE fornecerá toda a documentação, de sua responsabilidade, necessária à CONTRATADA para que sejam efetuados os trâmites alfandegários, objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.032/90).

5.20.9 O Termo Internacional de Comércio - INCOTERM a ser adotado será o DPU- Delivered at Place Unloaded / (entregue no local de destino e descarregado).

5.20.10 A entrega do objeto a que se refere o item anterior deve ser feita no local indicado por meio de utilização de veículo apropriado destinado ao transporte deste tipo de carga, com as características de segurança que o caso requer.

5.20.11 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, o valor referente a embalagem, licença de importação, do seguro de transporte internacional, seguros diversos, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte e frete nacionais, tributos, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, taxas (siscomex, de companhia aérea, do RADAR da licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, emissão da respectiva carta de crédito e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, além das previstas nas Especificações Técnicas.

5.20.12 São de responsabilidade da licitante/contratada e correrão por suas custas/expensas os valores referentes à emissão da carta de crédito para o pagamento do objeto contratado, devendo desta forma tais valores estar previstos nas propostas de preços, sob pena de,

se não discriminados, serem considerados como já existente e previstos, não podendo ser pleiteado quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. O recebimento provisório, anteriormente ao envio/embarque de cada lote, será realizado pela Comissão Técnica de Recebimento do Material, formada por 04 (Quatro) servidores, na sede fabril ou estoque da Contratada, a qual procederá os testes necessários para o recebimento, podendo aceitá-lo e recebê-lo provisoriamente in loco, sendo emitido o respectivo Termo de Vistoria Provisória e Autorização de Embarque, devendo os custos operacionais e logísticos dos servidores e dos testes serem de responsabilidade da empresa contratada.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (Trinta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (Dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (Dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24 **Para o caso de proposta de preços em moeda estrangeira (Dólar Americano ou Euro)**, o pagamento poderá ser efetuado por meio de crédito em conta Bancária ou Carta de Crédito Internacional emitida pelo BANCO DO BRASIL (a depender dos termos da proposta do licitante vencedor-opção pela Carta de Crédito ou crédito em conta) ou por outra instituição financeira indicada pela Contratante que ofereça operacionalização e/ou a relação de custo mais vantajosa dada pelo binômio taxa de câmbio mais taxa de emissão e garantida por banco de primeira linha indicado pelo Licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Contratante.

7.25 Os preços apresentados por licitantes brasileiras ou licitantes estrangeiras, em moeda estrangeira, serão fixados e convertidos para o REAL (R\$) pela taxa de conversão de venda vigente no dia útil anterior à data efetiva do pregão eletrônico e disponível no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN, disponível no sítio: www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp.

7.26 No caso de proposta de preços apresentada por licitante estrangeira, deverá considerar: Nos termos do Artigo 52 da Lei Federal nº 14.133, constar, de forma destacada e para efeitos exclusivos de julgamento das propostas, os possíveis gravames dos mesmos tributos que onerem exclusivamente as PROPONENTES brasileiras quanto à operação final de venda, na forma da legislação vigente, para fins de equalização das propostas apresentadas entre empresas brasileiras e estrangeiras

7.27 A equalização de proposta de preço das empresas estrangeiras, as mesmas deverão ser compostas pela descrição do material, Quantidade, Cambio (conforme adotado nas licitações internacionais onde são permitidas a apresentação de propostas em moeda estrangeira, os preços apresentados por licitantes brasileiras ou licitantes estrangeiras, em moeda estrangeira, serão convertidos para o REAL (R\$) pela taxa de conversão de venda vigente no dia útil imediatamente anterior à data da abertura desta licitação), valor aduaneiro unitário convertido, PIS (Considerar a alíquota DE 2,10%), Confins (Considerar alíquota de 9,65%), ICMS (Considerar a alíquota de 29% + alíquota de 2% do FECOEP (Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza) totalizando 31%) e custos com outras despesas, sendo o valor total equalizado a soma de todos os itens anteriores

7.28 A proposta de preços apresentada e considerada para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante e /ou Contratada, inclusive quanto à consideração de isenções ou incidências de custos, diretos e indiretos, com embalagem, licença de importação, seguros diversos, seguro de transporte internacional, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte, frete nacional, tributos, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, taxas (Siscomex, de companhia aérea, do RADAR da licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, emissão da carta de crédito e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, além das previstas nas Especificações Técnicas que integram este Edital.

7.29 Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, ou a outra instituição financeira indicada pela Contratante (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), **serão custeadas pela CONTRATADA**, oneram e devem constar de modo discriminado em sua planilha/proposta de preços. Todas as despesas referentes a emissão de ordem de pagamento e/ou crédito documentário, ou à contratação da carta de crédito (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), ou ainda referentes à renovação da Carta de Crédito, inclusive decorrente de aumento da taxa cambial, no caso de atraso de adimplemento atribuível à Contratada, serão por ela custeadas.

7.30 O crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível.

7.31 A validade do crédito documentário será suficiente para cobertura do prazo de execução definido neste Edital e seus Anexos.

7.32 A liberação da carta de crédito irrevogável e intransferível aberta em favor da CONTRATADA junto ao Banco do Brasil S/A será efetuada logo após a confirmação do recebimento definitivo do material, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO INTERNACIONAL, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

8.3. O fornecedor classificado deverá apresentar amostra, nos termos e especificações do tópico 4.2 e seguintes.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15. Em se tratando de empresa estrangeira, no caso de inexistência de documentos equivalentes, o responsável pelo cadastro da empresa estrangeira deverá declarar a situação em campo próprio do sistema.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.23.1 Em se tratando de empresa estrangeira, no caso de inexistência de documentos equivalentes, o responsável pelo cadastro da empresa estrangeira deverá declarar a situação em campo próprio do sistema.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.29.1 Em se tratando de empresa estrangeira, no caso de inexistência de documentos equivalentes, o responsável pelo cadastro da empresa estrangeira deverá declarar a situação em campo próprio do sistema.

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1. Características: fornecimento de Capacetes Balísticos;

8.31.2. Quantidades: De no mínimo 50% (Cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado.

8.32. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.32.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.32.2. Em se tratando de empresa Brasileira, deverá ser apresentado comprovação de autorização de fabricação e comercialização por intermédio de Relatório Técnico Experimental (RETEX) emitido pelo Exército Brasileiro.

8.32.3. Para empresa estrangeira, comprovação de autorização de fabricação e comercialização, similar ao Relatório Técnico Experimental (RETEX) supracitado, por meio de documento emitido por banco de prova ou Órgão Oficial do país de origem.

8.32.4. As empresas estrangeiras com representação legal no Brasil deverão possuir poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente de acordo com o Art 70, Parágrafo único, da Lei 14.133/21 em que as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, observado o disposto na Convenção sobre a eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016. A documentação será verificada pelo pregoeiro na fase de habilitação, conforme dispõe a legislação, assim como poderão ser realizadas diligências para averiguação.

8.32.5. Em se tratando de empresa estrangeira, no caso de inexistência de documentos equivalentes o responsável pelo cadastro da empresa estrangeira deverá declarar a situação em campo próprio do sistema.

8.32.6. Os documentos estrangeiros, inclusive os documentos de habilitação equivalentes, deverão ser apresentados acompanhados de tradução para a língua portuguesa, podendo ser inicialmente tradução livre.

8.32.7. No caso de importação, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CII, o qual será de responsabilidade da contratante, quando o caso requerer e a Licença de Importação - LI junto ao Exército Brasileiro, sendo está de responsabilidade da contratada.

8.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.33.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.34. Para verificação dos padrões internacionais de qualidade técnica, aplicados no processo fabril do capacete que será fornecido, será exigida, na fase da assinatura do contrato, a apresentação dos seguintes documentos: Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou ainda por laboratório(s) Independente(s) acreditado(s) internacionalmente, que atestem que o capacete atendem as especificações estabelecidas quanto ao nível de proteção balística, modelo e garantia; Para verificação dos padrões internacionais de qualidade, aplicados no processo fabril dos capacetes que serão fornecidos, será exigida, na fase de recebimento provisório do objeto, a apresentação de certificação de Controle de Qualidade da linha e dos processos de produção da empresa fornecedora, emitido por organismo idôneo e independente, atestando que a empresa dispõe de um Sistema de Qualidade Implementado de acordo com as normas da série ISO ou correspondente à tal norma em âmbito internacional;

8.34.1. Em ambos os casos (empresa nacional ou estrangeira), deverão apresentar a comprovação de autorização de fabricação e comercialização, emitidos há pelo menos 12 (doze) meses antes da data de abertura do certame, da mesma marca e modelo.

8.34.2. Deverá ser apresentado também pela Empresa vencedora, em caso de empresa nacional, o Retex emitido pelo Ministério da Defesa, por meio do CAEX (Campo de Provas de Marambaia- RJ) ou similar, e Certificado de Registro ou Título de Registro do produto apostilado do objeto a ser adquirido, tendo em vista se tratar de produto de fabricação controlada pelo Exército Brasileiro. No caso da vencedora ser uma empresa estrangeira, que não funcionem no país, deverão apresentar a documentação equivalente, traduzida por tradutor juramentado, no que couber, devendo a mesma ter representação legal no Brasil. No caso de ausência de documentação equivalentes, a licitante estrangeira deverá apresentar declaração expressa de que não existem tais documentos em seu país de origem.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor previsto para a contratação terá caráter sigiloso de acordo com o Art 24 da Lei 14.133/2025 sobre o tema ela diz: Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;]

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Na licitação por Registro de preço, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.

Atesto, sob a responsabilidade funcional, que a justificativa da necessidade da aquisição, com indicação das normas técnicas aplicáveis à escolha do produto, e os quantitativos de bens a serem adquiridos são adequados e perfeitamente suficientes tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, quanto à fundamentação do Estudo Técnico Preliminar e demais instrumentos da aquisição, elaborados que foram nos moldes da legislação vigente.

11. Da Responsabilidade pelo TR

11. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

11.1. Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

ANEXO I

LOCAIS PARA ENTREGA

ÓRGÃO QUE SOLICITARAM DEMANDAS

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP	Deposito do Centro de Material Bélico da PMAL, localizado no Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, S/N - Quadra 8 - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, durante os dias de segunda á sexta feira, das 07:00Hrs as 13:00 Hrs.
SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL - SERIS	SISTEMA PENITENCIÁRIO ALAGOANO/SERIS - Reserva Central de Armamentos/RCA - Prédio do Comando de Operações Penitenciárias/COP - BR 104, KM 01, S/N, - Bairro Cidade Universitária, Maceió /AL, CEP 57072-250; Telefone 3315 3523, em dias úteis no horário das 08h às 14h
POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS - PMAL	CMBDLOG, localizado no Distrito Industrial Governador Luiz Cavalcante, S/N - Quadra 8 - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, de segunda a sexta-feira, das 07h:00min às 13h:00min.
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS - PCAL	DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL DE ALAGOAS - NURCAME- Av Comendador Gustavo Paiva. S /N – Bairro Cruz das Almas. Maceio/AL, CEP 57038-000 Telefone: 8233152654, em dias úteis no horário das 08h às 14h

Observação: Este Termo de Referência refere-se à presente licitação objetiva o registro de preços para a **AQUISIÇÃO DE CAPACETE BALÍSTICO - DFD-023/2025**

Processo nº E:04105.0000000307/2025

IRP COMPRAS GOVERNAMENTAIS: 186/2025.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAPHAEL JOSE OLIVEIRA DE ALMEIDA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 13:01:37.

ALEXIA KALYNE SANTOS DE ARAUJO

Equipe de apoio

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA-AL

Estudo Técnico Preliminar 133/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: E:02100.0000006644/2024

2. Introdução

O Presente documento denominado Estudo Técnico Preliminar é elaborado em atendimento às disposições contidas no DECRETO Nº 90.381, DE 30 DE MARÇO DE 2023, que trata sobre a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, pela Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Alagoas. Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futura aquisição de Coldre para atender as necessidades do serviço operacional da Polícia Militar de Alagoas.

3. Contato

E-mail: raphael.almeida@pm.al.gov.br

Telefone: (82) 99931-3287

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SSP-AL	Raphael José Oliveira de Almeida

5. Descrição da necessidade

A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nesse sentido, as Instituições devem proporcionar aos seus integrantes os meios necessários para uma melhor execução de seu mister constitucional, entre estes os diversos itens que compõem a logística e o material bélico. Adquirir esses equipamentos para o emprego no policiamento ostensivo é garantir à sociedade o direito a segurança pública esculpido na Constituição Federal/88

A aquisição de capacetes balísticos é uma medida essencial, que visa garantir a segurança e proteção dos agentes de segurança pública. Esses equipamentos são fundamentais para mitigar os riscos enfrentados por esses profissionais em suas atividades cotidianas, proporcionando-lhes uma camada adicional de proteção contra ameaças balísticas.

Portanto, investir em capacetes balísticos não apenas está alinhado com os preceitos legais, mas também demonstra o compromisso em assegurar a integridade física dos agentes públicos.

Nesse íterim, a necessidade de capacetes balísticos, baseia-se também, pelo motivo de estarmos com atualização de material, desgastado pelo seu uso, inclusão de novos servidores, atualização tecnológica, bem como validade dos capacetes existentes, necessidade de treinamento e substituição de produtos. Não menos importante existe uma carência na atividade policial deste equipamento, que oferecerá condições adequadas de uso com confiabilidade necessária para os servidores da segurança pública estadual, principalmente no que concerne a execução de treinamento, capacitação e uso operacional.

Também, é notório que os índices de criminalidade dos últimos anos vêm sofrendo uma acentuada diminuição no Estado de Alagoas, isso se dá ao fato de que, a administração pública, preocupada em dar maior sensação de segurança ao povo alagoano procurou investir

e aparelhar melhor os órgãos de segurança pública, dando adequadas condições de trabalho, para que os servidores executem as medidas necessárias para combater a criminalidade.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

DO OBJETO

CATMAT	Descrição	Unidade de Medida												
	<p>Capacete Militar</p> <p>Características Adicionais: Permite Acoplamento De Acessórios</p> <p>Material: Aramida</p> <p>Tipo: Balístico Nível III-A</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Características Gerais.</p> <p>- Material: Aramida/ UHMWPE ou Híbrido</p> <p>- Capacete balístico desenvolvido para atividades policiais militares e emprego tático, do tipo Advanced Combat Helmet (ACH) ou Superior;</p> <p>- Modelo High CUT (Corte alto);</p> <p>- Cor: podem ser Tons de MARROM: (Tan, Coyote Brown ou Flat Dark Earth) ou preto; (à ser definido no ato da contratação)</p> <p>- Tamanho:</p> <p>os cascos dos capacetes balísticos deverá possuir tamanho único com sistema de ajuste interno que contemple os tamanhos de circunferência de cabeça de 48 (quarenta e oito) a 64 (sessenta e quatro) centímetros, oferecendo uma área de cobertura mínima de 1.100 cm² (mil e cem centímetros quadrados)</p> <p>O peso do capacete deve incluir o casco acabado, o sistema de suspensão e o sistema de retenção da cinta de queixo, sem os trilhos</p> <p>Ele deve ser de no máximo de 1.600 gramas (mil e seiscentos gramas)</p> <p>Proteção Balística</p> <p>- Proteção balística contra ameaça no calibre 9x19 mm.</p> <p>O ensaio deverá ser conduzido com base na norma NIJ 0106.01, admitindo-se critérios técnicos complementares inspirados na VPAM HVN 2009, exclusivamente para aumento da segurança balística e mitigação de trauma, sem prejuízo ou conflito entre normas.</p> <p>Tal nível de proteção não exige dupla certificação, sim uma melhor performance do equipamento e segurança ao operador.</p> <p>O ensaio deverá seguir os seguintes parâmetros:</p> <table><tr><td>Parâmetros</td><td>Especificação</td></tr><tr><td>Calibre</td><td>9x19 mm</td></tr><tr><td>Tipo de Projétil</td><td>FMJ</td></tr><tr><td>Massa do Projétil</td><td>124 Grains</td></tr><tr><td>Velocidade Nominal</td><td>415 m/s</td></tr><tr><td>Tolerância</td><td>± 10 m/s</td></tr></table>	Parâmetros	Especificação	Calibre	9x19 mm	Tipo de Projétil	FMJ	Massa do Projétil	124 Grains	Velocidade Nominal	415 m/s	Tolerância	± 10 m/s	
Parâmetros	Especificação													
Calibre	9x19 mm													
Tipo de Projétil	FMJ													
Massa do Projétil	124 Grains													
Velocidade Nominal	415 m/s													
Tolerância	± 10 m/s													

Quantidade de Disparos:

Item	Requisito
Número total de Disparos	05 Disparos por Capacete
Distribuição	Coroa, frontal, lateral direita, lateral esquerda e posterior
Ângulo de impacto	0° (normal à superfície)
Espaçamento mínimo	≥ 50 mm entre impactos
Condição do capacete	Novo, completo, com suspensão original
Distância da amostra ao provete	a amostra deve ser fixada a 25 m da boca do provete

Critério de aceitação balística: Não é permitida penetração completa e não é permitida perfuração parcial com fragmentos internos.

Os disparos na face lateral direita, lateral esquerda e posterior devem ser realizados à 15mm (quinze milímetros) da borda do capacete transferindo energia cinética residual abaixo de 25 joules, análogo ao VPAM HVN 2009 com tolerância de 2mm (dois milímetros) para mais ou para menos;

Deformação interna (Backface / Deflexão)

Parâmetro	Limite
Energia máxima transmitida ao substrato	≤ 25 joules

O ensaio deverá demonstrar que a energia transmitida ao substrato não excede 25 J.

Substrato e montagem do ensaio:

Item	Requisito
Suporte	Cabeça balística ou bloco de argila técnica
Suspensão	Original de fábrica
Ajuste	Conforme instruções do fabricante
Condições ambientais	Temperatura ambiente controlada

Proteção balística nível III-A (de acordo com as normas técnicas **NIJ 0106.01.** e **VPAM HVN 2009.**) e ameaças adicionais;

Sistema de Retenção

- Deve consistir em uma correia de queixo de 4 pontos, na cor do capacete com almofada na nuca e sistema de ajuste do tipo catraca baseado em um fio para promover estabilidade uniforme. O sistema de catraca deve ser projetado para operação com apenas uma mão (ajuste e fechamento).
- O Sistema de Retenção deverá ser capaz de suportar uma carga de ,pelo menos, 20 kg.
- A alça do queixo deve ter copo de queixo aberto do tipo dividido e fivela de liberação lateral.
- A alça/correia do Sistema de retenção, deve ter largura máxima de 20 mm e espessura de $1,2 \pm 0,5$ mm
- Os materiais utilizados no sistema de retenção devem ser adequados e confortáveis para uso, mesmo durante o contato prolongado da pele; Os componentes do sistema de retenção não devem representar qualquer risco à saúde ou irritação da pele e alergias.

Sistema de Suspensão

- Sistema de Suspensão por almofadas internas destacáveis, por velcro, instalado em pelo menos 70% da área interna do capacete, de pelo menos 2 tamanhos/espessura e formatos anatômicos variados.
- Cada jogo de almofadas deverá ser composto de no mínimo 8 almofadas (individuais ou conjugadas), que deverá abranger as correspondentes áreas internas do capacete, a saber, a parte frontal, lateral, traseira e central superior.
- O segundo jogo de almofadas deverá ter uma espessura e/ou dureza diferente (mais fina/grossa, mais macia/dura) para ajuste e conforto do capacete aos diferentes tipos e formatos de cabeças.

469182

- O segundo jogo de almofadas poderá ser complementar ao primeiro jogo, ou seja, ser instalado sobre e/ou em conjunto com as almofadas do primeiro jogo, ou por baixo do mesmo, visando maior flexibilidade de ajustes.

- As almofadas deverão ter material/tratamento antimicrobico e possuírem resistência quanto a desgaste natural de uso e suor com tecido externo respirável de baixa absorção da umidade, e de fácil higienização, composto de espuma com densidade dupla que não seja afetada pela temperatura, altitude ou umidade. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

- As almofadas devem proporcionar proteção anti-impacto, no padrão mínimo Blunt Impact Performance ACH Blunt (AR/PD10-02, 16/12/2013). É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Identificação

- A etiqueta de identificação deve ser fixada na superfície interna do capacete, contendo no mínimo as informações listadas abaixo no idioma português, impressa/gravada de modo que não venha a desaparecer /desbotar durante toda a vida útil do produto, mesmo diante das intempéries de uso, como chuva, suor, imersões, dentre outras condições similares:

- a) Nome do órgão;
- b) Data de fabricação, no formato MM/AAAA;
- c) Data de validade no formato MM/AAAA;
- d) Composição balística;
- e) Nível de proteção balística de acordo com o padrão NIJ;
- f) Números de série e lote de fabricação;
- g) Tamanho

O capacete deve ter o número de série gravado permanentemente na região da coroa, dentro do casco.

Acessórios

O capacete deve apresentar os seguintes acessórios:

- a) Cobertura para o casco na cor preta fosco;
- b) Na região frontal: engate de desconexão rápida, conhecido como “shroud” (como referência padrão Wilcox® ou superior) e conjunto de elásticos - “shock cord” e deverá possuir a possibilidade de acoplamento de suporte universal para óculos monóculo de visão noturna (NGV) fixado na parte frontal, sem furo na carcaça do capacete, do casco sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador.
- c) Nas laterais: será composto por 02 trilhos com o padrão picatinny rail (MIL-STD-1913 rail e STANAG 2324 rail), que serão fixados na lateral do capacete, sem furo na carcaça do capacete, sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador;
- d) Na parte posterior: velcro ou engates de perfil baixo, para fixação de objetos que funcionem como contrapeso ou sistemas de alimentação (baterias);
- e) Todos os capacetes e acessórios devem ser idênticos entre si.
- f) Áreas de velcro (loop) para instalação/fixação de equipamentos e acessórios na parte externa do casco

- Alternativamente, o capacete balístico poderá ser fornecido com Sistema Modular de Conectores de Acessórios e Contrapesos ou similar de qualidade superior, devendo seguir os descritivos abaixo elencados.

- Sistema Modular de Conectores de Acessórios:

- O acessório deve ser um componente único e deve ser fixado separadamente (destacável) ao capacete sem usar parafusos, inserções, fixadores, fita de velcro ou tiras adesivas de tecido, etc.

- O acessório não deverá exigir nenhum furo ou perfuração no casco do capacete

1000 (mil)
unidades

- Deve permitir a montagem de dispositivos de visão noturna compatível com NVG, PVS7 PVS14, NVG L-3, ENVGIII.
- Deve ser fabricado com materiais duráveis e que não forneçam o risco de se comportarem como fragmentos secundários.
- Deve ser removido ou anexado ao capacete sem usar qualquer ferramenta especial.
- O acessório, uma vez fixado no capacete, deve ser firme, forte e durável, sem articulações fracas, e não deve haver nenhuma folga, movimento indesejado para frente, para trás ou em qualquer direção.
- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Trilhos laterais

a) Sistema de trilhos fixos

- Composto de pelo menos 3 trilhos externos fixos, sendo: 1 (um) frontal para sistema de visão noturna e 2 (dois) laterais para acessórios diversos nas laterais.
- Trilho Frontal para Sistema de Visão Noturna (three hole shroud): deve permitir o engate direto de sistemas de visão noturna comuns no mercado, no padrão Wilcox ou superior, em cor básica igual ao restante do capacete ou aproximada (tons próximos);
- Trilhos laterais para instalação de acessórios e opcionais: localizados e fixados nas laterais do capacete. Devem acompanhar 02 (dois) trilhos destacáveis, para acoplamento no trilho lateral fixo, do tipo M-Lok/Picatinny-style (MIL-STD-1913 rail e STANAG2324 rail) para acoplamento e ajustes de acessórios.
- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

b) Sistema de trilhos modular

- Deve ser feito de polímero projetado de alta resistência em tom de cor semelhante ao capacete.
- Os trilhos devem ser anexados modularmente ao sistema de conexão do acessório nas laterais do capacete na altura das orelhas.
- Os trilhos removíveis devem ter provisão para fixação de corda elástica.
- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.
- O peso total dos trilhos laterais, cobertura e provisão para contrapesos não deve exceder 360±20 g.
- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

Contrapesos

- Deve ser fornecido com contrapeso que irá combater o peso do NVG/ NVD e outros dispositivos montados na parte frontal do capacete.
- O contrapeso deve ser destacável e pode ser removido pelo usuário quando não for necessário, sem o uso de qualquer ferramenta.
- O sistema de contrapesos deve ser durável e não deve ser fixado através de fita adesiva, correias, telas ou qualquer material têxtil.
- Deve ser bem encaixado, estável e não permitirá deslocamentos desnecessários.
- Os contrapesos devem ser fixados com ou sem capa/cobertura do capacete.

- Os contrapesos devem atender aos requisitos de resistência à corrosão de acordo com a norma ASTM B-117.

Capa/Cobertura

- O capacete deve ser fornecido com duas capas/cobertura
- Uma capa deverá ser no Padrão MULTICAM (para capacetes em tons de Marrom) e uma na cor Preta
- A capa/cobertura deve ser resistente à chama conforme a norma STANAG 2902.

Bolsa de Transporte

- O capacete deve ser acondicionado em uma bolsa de transporte durável e resistente à água com um bolso transparente para detalhes de identificação do usuário.
- A bolsa deverá ser na cor preta.

Outros requisitos

- Devem ser fornecidas folhas de dados technical da matéria-prima utilizada para capacete e seus acessórios.
- Pedacos de corda elástica devem ser fornecidos para os lados esquerdo e direito, e devem ser fixados a partir de grades laterais removíveis para o OVN
- Os Relatórios de Teste /certificados para todos os parâmetros balísticos e não balísticos não devem ser superiores a 12 meses da data de abertura do certame.
- O capacete balístico deve ser projetado para garantir conforto e estabilidade sem comprometer a proteção.
- O capacete acabado deve ser seguro de usar e não conter qualquer material nocivo ao usuário.
- Cada capacete deve ser fornecido juntamente com o manual do usuário.

A licitante vencedora dará garantia ao conjunto do capacete de proteção balística, e todas suas partes, pelo prazo mínimo de 06 (seis) anos, contra quaisquer defeitos de fabricação ou matéria-prima dos componentes, os prazos serão contados a partir do recebimento definitivo dos capacetes

Capacete Militar

Características Adicionais: Permite Acoplamento De Acessórios

Material: Aramida

Tipo: Balístico Nível III-A

Descrição Complementar:

Características Gerais.

- Material: Aramida/ UHMWPE ou Híbrido
- Capacete balístico desenvolvido para atividades policiais militares e emprego tático, do tipo Advanced Combat Helmet (ACH) ou Superior;
- Modelo Standard/Full CUT (Corte Padrão);
- Cor: Tons de MARROM: (Tan, Coyote Brown ou Flat Dark Earth) ou preto; (**à ser definido no ato da contratação**)
- Tamanho: (**à ser definido no ato da contratação**);

A SSP determinará o tamanho dos capacetes balísticos á empresa vencedora no momento da contratação, sendo que está deverá compatibilizar os tamanhos adequados e fornecer os Capacetes compatíveis com as medidas abaixo elencadas.

Tamanhos	Comprimento (milímetros)	Largura (milímetros)	Altura (milímetros)	Circunferência (milímetros)	Área de cobertura (mm²)	Peso** (gramas)
Pequeno	de 184 até 233	200 até 215	157±5	500-530	1050±50	1000 (±5%)
Médio	de 195 até 242	210 até 222	158±5	530-560	1100±50	1050 (±5%)
Grande	de 198 até 253	218 até 230	160±5	560-590	1150±50	1100 (±5%)

**O peso do capacete deve incluir o casco acabado, o sistema de suspensão e o sistema de retenção da cinta de queixo.

Proteção Balística

- Proteção balística nível III-A (de acordo com as normas técnicas NIJ 0106.01. e NIJ 0108.01.);

- A Deformação Transitória Balística (BTD) não deve exceder 25 mm na região frontal, dorsal, ambos os lados e coroa (05 disparos) contra o projétil 9x19mm FMJ/Encamisado Total Ogival 124gr e velocidade 426 +/- 15m/s.

Sistema de Retenção

- Deve consistir em uma correia de queixo de 4 pontos, na cor do capacete com almofada na nuca e sistema de ajuste do tipo catraca baseado em um fio para promover estabilidade uniforme. O sistema de catraca deve ser projetado para operação com apenas uma mão (ajuste e fechamento).

- O Sistema de Retenção deverá ser capaz de suportar uma carga de ,pelo menos, 20 kg.

- A alça do queixo deve ter copo de queixo aberto do tipo dividido e fivela de liberação lateral.

- A alça/correia do Sistema de retenção, deve ter largura máxima de 20 mm e espessura de 1,2 ± 0,5 mm

- Os materiais utilizados no sistema de retenção devem ser adequados e confortáveis para uso, mesmo durante o contato prolongado da pele; Os componentes do sistema de retenção não devem representar qualquer risco à saúde ou irritação da pele e alergias.

Sistema de Suspensão

- Sistema de Suspensão por almofadas internas destacáveis, por velcro, instalado em pelo menos 70% da área interna do capacete, de pelo menos 2 tamanhos/espessura e formatos anatômicos variados.

- Cada jogo de almofadas deverá ser composto de no mínimo 8 almofadas (individuais ou conjugadas), que deverá abranger as correspondentes áreas internas do capacete, a saber, a parte frontal, lateral, traseira e central superior.

- O segundo jogo de almofadas deverá ter uma espessura e/ou dureza diferente (mais fina /grossa, mais macia/dura) para ajuste e conforto do capacete aos diferentes tipos e formatos de cabeças.

- O segundo jogo de almofadas poderá ser complementar ao primeiro jogo, ou seja, ser instalado sobre e/ou em conjunto com as almofadas do primeiro jogo, ou por baixo do mesmo, visando maior flexibilidade de ajustes.

469182

- As almofadas deverão ter material/tratamento antimicrobico e possuírem resistência quanto a desgaste natural de uso e suor com tecido externo respirável de baixa absorção da umidade, e de fácil higienização, composto de espuma com densidade dupla que não seja afetada pela temperatura, altitude ou umidade. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

- As almofadas devem proporcionar proteção anti-impacto, no padrão mínimo Blunt Impact Performance ACH Blunt (AR/PD10-02, 16/12/2013). É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Identificação

-A etiqueta de identificação deve ser fixada na superfície interna do capacete, contendo no mínimo as informações listadas abaixo no idioma português, impressa/gravada de modo que não venha a desaparecer /desbotar durante toda a vida útil do produto, mesmo diante das intempéries de uso, como chuva, suor, imersões, dentre outras condições similares:

- a) Nome do órgão;
- b) Data de fabricação, no formato MM/AAAA;
- c) Data de validade no formato MM/AAAA;
- d) Composição balística;
- e) Nível de proteção balística de acordo com o padrão NIJ;
- f) Números de série e lote de fabricação;
- g) Tamanho

O capacete deve ter o número de série gravado permanentemente na região da coroa, dentro do casco.

Acessórios

O capacete deve apresentar os seguintes acessórios:

- a) Cobertura para o casco na cor preta fosco;
- b) Na região frontal: engate de desconexão rápida, conhecido como "shroud" (como referência padrão Wilcox® ou superior) e conjunto de elásticos - "shock cord";
- c) Nas laterais: Conjunto de trilhos para acessórios ao redor do contorno auricular;
- d) Na parte posterior: velcro ou engates de perfil baixo, para fixação de objetos que funcionem como contrapeso ou sistemas de alimentação (baterias);
- e) Todos os capacetes e acessórios devem ser idênticos entre si, à exceção do tamanho.
- f) Áreas de velcro (loop) para instalação/fixação de equipamentos e acessórios na parte externa do casco

- Alternativamente, o capacete balístico poderá ser fornecido com Sistema Modular de Conectores de Acessórios e Contrapesos ou similar de qualidade superior, devendo seguir os descritivos abaixo elencados.

- Sistema Modular de Conectores de Acessórios:

- O acessório deve ser um componente único e deve ser fixado separadamente (destacável) ao capacete sem usar parafusos, inserções, fixadores, fita de velcro ou tiras adesivas de tecido, etc.

- O acessório não deverá exigir nenhum furo ou perfuração no casco do capacete

- Deve permitir a montagem de dispositivos de visão noturna compatível com NVG, PVS7 PVS14, NVG L-3, ENVGIII.

- Deve ser fabricado com materiais duráveis e que não forneçam o risco de se comportarem como fragmentos secundários.

1000 (mil)
unidades

- Deve ser removido ou anexado ao capacete sem usar qualquer ferramenta especial.
- O acessório, uma vez fixado no capacete, deve ser firme, forte e durável, sem articulações fracas, e não deve haver nenhuma folga, movimento indesejado para frente, para trás ou em qualquer direção.
- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Trilhos laterais

a) Sistema de trilhos fixos

- Composto de pelo menos 3 trilhos externos fixos, sendo: 1 (um) frontal para sistema de visão noturna e 2 (dois) laterais para acessórios diversos nas laterais.
- Trilho Frontal para Sistema de Visão Noturna (three hole shroud): deve permitir o engate direto de sistemas de visão noturna comuns no mercado, no padrão Wilcox ou superior, em cor básica igual ao restante do capacete ou aproximada (tons próximos);
- Trilhos laterais para instalação de acessórios e opcionais: localizados e fixados nas laterais do capacete. Devem acompanhar 02 (dois) trilhos destacáveis, para acoplamento no trilho lateral fixo, do tipo M-Lok/Picatinny-style (MIL-STD-1913 rail e STANAG2324 rail) para acoplamento e ajustes de acessórios.
- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

b) Sistema de trilhos modular

- Deve ser feito de polímero projetado de alta resistência em tom de cor semelhante ao capacete.
- Os trilhos devem ser anexados modularmente ao sistema de conexão do acessório nas laterais do capacete na altura das orelhas.
- Os trilhos removíveis devem ter provisão para fixação de corda elástica.
- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.
- O peso total dos trilhos laterais, cobertura e provisão para contrapesos não deve exceder 360±20 g.
- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

Contrapesos

- Deve ser fornecido com contrapeso que irá combater o peso do NVG/ NVD e outros dispositivos montados na parte frontal do capacete.
- O contrapeso deve ser destacável e pode ser removido pelo usuário quando não for necessário, sem o uso de qualquer ferramenta.
- O sistema de contrapesos deve ser durável e não deve ser fixado através de fita adesiva, correias, telas ou qualquer material têxtil.
- Deve ser bem encaixado, estável e não permitirá deslocamentos desnecessários.
- Os contrapesos devem ser fixados com ou sem capa/cobertura do capacete.
- Os contrapesos devem atender aos requisitos de resistência à corrosão de acordo com a norma ASTM B-117.

Capa/Cobertura

- O capacete deve ser fornecido com duas capas/cobertura
- Uma capa deverá ser no Padrão MULTICAM (para capacetes em tons de Marrom) e uma na cor Preta
- A capa/cobertura deve ser resistente à chama conforme a norma STANAG 2902.

Bolsa de Transporte

- O capacete deve ser acondicionado em uma bolsa de transporte durável e resistente à água com um bolso transparente para detalhes de identificação do usuário.
- A bolsa deverá ser na cor preta.

Outros requisitos

- Devem ser fornecidas folhas de dados technical da matéria-prima utilizada para capacete e seus acessórios.
- Pedacos de corda elástica devem ser fornecidos para os lados esquerdo e direito, e devem ser fixados a partir de grades laterais removíveis para o OVN
- Os Relatórios de Teste /certificados para todos os parâmetros balísticos e não balísticos não devem ser superiores a 12 meses da data de abertura do certame.
- O capacete balístico deve ser projetado para garantir conforto e estabilidade sem comprometer a proteção.
- O capacete acabado deve ser seguro de usar e não conter qualquer material nocivo ao usuário.
- Cada capacete deve ser fornecido juntamente com o manual do usuário.

Capacete Militar

Características Adicionais: Permite Acoplamento De Acessórios

Material: Aramida

Tipo: Balístico Nível III-A

Descrição Complementar:**Características Gerais.**

- Material: Aramida/ UHMWPE ou Híbrido
- Capacete balístico desenvolvido para atividades policiais militares e emprego tático, do tipo Advanced Combat Helmet (ACH) ou Superior;
- Modelo Standard/Full CUT (Corte Padrão);
- Cor: Tons de MARROM: (Tan, Coyote Brown ou Flat Dark Earth) ou preto; (**à ser definido no ato da contratação**)
- Tamanho

Os cascos dos capacetes balísticos deverá possuir tamanho único com sistema de ajuste interno que contemple os tamanhos de circunferência de cabeça de 48 (quarenta e oito) a 64 (sessenta e quatro) centímetros, oferecendo uma área de cobertura mínima de 1.050 cm² (mil e cinquenta centímetros quadrados)

O peso do capacete deve incluir o casco acabado, o sistema de suspensão e o sistema de retenção da cinta de queixo, sem os trilhos

Ele deve ser de no máximo de 1.200 gramas (mil e duzentas gramas)

Proteção Balística

- Proteção balística contra ameaça no calibre 9x19 mm.

O ensaio deverá ser conduzido **com base na norma NIJ 0106.01**, admitindo-se **critérios técnicos complementares inspirados na VPAM HVN 2009**, exclusivamente para aumento da segurança balística e mitigação de trauma, **sem prejuízo ou conflito entre normas**.

Tal nível de proteção não exige dupla certificação, sim uma melhor performance do equipamento e segurança ao operador.

O ensaio deverá seguir os seguintes parâmetros:

Parâmetros	Especificação
Calibre	9x19 mm
Tipo de Projétil	FMJ
Massa do Projétil	124 Grains
Velocidade Nominal	415 m/s
Tolerância	± 10 m/s

Quantidade de Disparos:

Item	Requisito
Número total de Disparos	05 Disparos por Capacete
Distribuição	Coroa, frontal, lateral direita, lateral esquerda e posterior
Ângulo de impacto	0° (normal à superfície)
Espaçamento mínimo	≥ 50 mm entre impactos
Condição do capacete	Novo, completo, com suspensão original
Distância da amostra ao provete	a amostra deve ser fixada a 25 m da boca do provete

Critério de aceitação balística: Não é permitida penetração completa e não é permitida perfuração parcial com fragmentos internos.

Os disparos na face lateral direita, lateral esquerda e posterior devem ser realizados à 15mm (quinze milímetros) da borda do capacete transferindo energia cinética residual abaixo de 25 joules, análogo ao VPAM HVN 2009 com tolerância de 2mm (dois milímetros) para mais ou para menos;

Deformação interna (Backface / Deflexão)

Parâmetro	Limite
Energia máxima transmitida ao substrato	≤ 25 joules

O ensaio deverá demonstrar que a energia transmitida ao substrato não excede 25 J.

Substrato e montagem do ensaio:

Item	Requisito
Suporte	Cabeça balística ou bloco de argila técnica
Suspensão	Original de fábrica
Ajuste	Conforme instruções do fabricante
Condições ambientais	Temperatura ambiente controlada

Proteção balística nível III-A (de acordo com as normas técnicas **NIJ 0106.01**. e **VPAM HVN 2009**.) e ameaças adicionais;

Sistema de Retenção

- Deve consistir em uma correia de queixo de 4 pontos, na cor do capacete com almofada na nuca e sistema de ajuste do tipo catraca baseado em um fio para promover estabilidade uniforme. O sistema de catraca deve ser projetado para operação com apenas uma mão (ajuste e fechamento).
- O Sistema de Retenção deverá ser capaz de suportar uma carga de ,pelo menos, 20 kg.
- A alça do queixo deve ter copo de queixo aberto do tipo dividido e fivela de liberação lateral.
- A alça/correia do Sistema de retenção, deve ter largura máxima de 20 mm e espessura de $1,2 \pm 0,5$ mm
- Os materiais utilizados no sistema de retenção devem ser adequados e confortáveis para uso, mesmo durante o contato prolongado da pele; Os componentes do sistema de retenção não devem representar qualquer risco à saúde ou irritação da pele e alergias.

Sistema de Suspensão

- Sistema de Suspensão por almofadas internas destacáveis, por velcro, instalado em pelo menos 70% da área interna do capacete, de pelo menos 2 tamanhos/espessura e formatos anatômicos variados.
- Cada jogo de almofadas deverá ser composto de no mínimo 8 almofadas (individuais ou conjugadas), que deverá abranger as correspondentes áreas internas do capacete, a saber, a parte frontal, lateral, traseira e central superior.
- O segundo jogo de almofadas deverá ter uma espessura e/ou dureza diferente (mais fina/grossa, mais macia/dura) para ajuste e conforto do capacete aos diferentes tipos e formatos de cabeças.

469182

- O segundo jogo de almofadas poderá ser complementar ao primeiro jogo, ou seja, ser instalado sobre e /ou em conjunto com as almofadas do primeiro jogo, ou por baixo do mesmo, visando maior flexibilidade de ajustes.

- As almofadas deverão ter material/tratamento antimicrobico e possuírem resistência quanto a desgaste natural de uso e suor com tecido externo respirável de baixa absorção da umidade, e de fácil higienização, composto de espuma com densidade dupla que não seja afetada pela temperatura, altitude ou umidade. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

- As almofadas devem proporcionar proteção anti-impacto, no padrão mínimo Blunt Impact Performance ACH Blunt (AR/PD10-02, 16/12/2013). É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Identificação

-A etiqueta de identificação deve ser fixada na superfície interna do capacete, contendo no mínimo as informações listadas abaixo no idioma português, impressa/gravada de modo que não venha a desaparecer /desbotar durante toda a vida útil do produto, mesmo diante das intempéries de uso, como chuva, suor, imersões, dentre outras condições similares:

- a) Nome do órgão;
- b) Data de fabricação, no formato MM/AAAA;
- c) Data de validade no formato MM/AAAA;
- d) Composição balística;
- e) Nível de proteção balística de acordo com o padrão NIJ;
- f) Números de série e lote de fabricação;
- g) Tamanho

O capacete deve ter o número de série gravado permanentemente na região da coroa, dentro do casco.

Acessórios

O capacete deve apresentar os seguintes acessórios:

- a) Cobertura para o casco na cor preta fosco;
- b) Na região frontal: engate de desconexão rápida, conhecido como “shroud” (como referência padrão Wilcox® ou superior) e conjunto de elásticos - “shock cord” e deverá possuir a possibilidade de acoplamento de suporte universal para óculos monóculo de visão noturna (NGV) fixado na parte frontal, sem furo na carcaça do capacete, do casco sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador.
- c) Nas laterais: será composto por 02 trilhos com o padrão picatinny rail (MIL-STD-1913 rail e STANAG 2324 rail), que serão fixados na lateral do capacete, sem furo na carcaça do capacete, sendo de fácil fixação e podendo ser feito pelo próprio operador;
- d) Na parte posterior: velcro ou engates de perfil baixo, para fixação de objetos que funcionem como contrapeso ou sistemas de alimentação (baterias);
- e) Todos os capacetes e acessórios devem ser idênticos entre si.
- f) Áreas de velcro (loop) para instalação/fixação de equipamentos e acessórios na parte externa do casco.

- Alternativamente, o capacete balístico poderá ser fornecido com Sistema Modular de Conectores de Acessórios e Contrapesos ou similar de qualidade superior, devendo seguir os descritivos abaixo elencados.

1000 (Mil)

unidades

- Sistema Modular de Conectores de Acessórios:

- O acessório deve ser um componente único e deve ser fixado separadamente (destacável) ao capacete sem usar parafusos, inserções, fixadores, fita de velcro ou tiras adesivas de tecido, etc.

- O acessório não deverá exigir nenhum furo ou perfuração no casco do capacete

- Deve permitir a montagem de dispositivos de visão noturna compatível com NVG, PVS7 PVS14, NVG L-3, ENVGIII.

- Deve ser fabricado com materiais duráveis e que não forneçam o risco de se comportarem como fragmentos secundários.

- Deve ser removido ou anexado ao capacete sem usar qualquer ferramenta especial.

- O acessório, uma vez fixado no capacete, deve ser firme, forte e durável, sem articulações fracas, e não deve haver nenhuma folga, movimento indesejado para frente, para trás ou em qualquer direção.

- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

Trilhos laterais

a) Sistema de trilhos fixos

- Composto de pelo menos 3 trilhos externos fixos, sendo: 1 (um) frontal para sistema de visão noturna e 2 (dois) laterais para acessórios diversos nas laterais.

- Trilho Frontal para Sistema de Visão Noturna (three hole shroud): deve permitir o engate direto de sistemas de visão noturna comuns no mercado, no padrão Wilcox ou superior, em cor básica igual ao restante do capacete ou aproximada (tons próximos);

- Trilhos laterais para instalação de acessórios e opcionais: localizados e fixados nas laterais do capacete. Devem acompanhar 02 (dois) trilhos destacáveis, para acoplamento no trilho lateral fixo, do tipo M-Lok/Picatinny-style (MIL-STD-1913 rail e STANAG2324 rail) para acoplamento e ajustes de acessórios.

- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

b) Sistema de trilhos modular

- Deve ser feito de polímero projetado de alta resistência em tom de cor semelhante ao capacete.

- Os trilhos devem ser anexados modularmente ao sistema de conexão do acessório nas laterais do capacete na altura das orelhas.

- Os trilhos removíveis devem ter provisão para fixação de corda elástica.

- Deve atender aos requisitos de resistência à chama de acordo com a norma STANAG 2902. É necessário fornecer um certificado de teste ou relatório de um laboratório independente.

- O peso total dos trilhos laterais, cobertura e provisão para contrapesos não deve exceder 360±20 g.

- Os trilhos devem atender à MIL-STD-1913 ou STANAG 2324, deve permitir a incorporação de acessórios através de múltiplos pontos de acesso com comprimento mínimo de 60mm de trilho horizontal e 40mm de trilho vertical

Contrapesos

- Deve ser fornecido com contrapeso que irá combater o peso do NVG/ NVD e outros dispositivos montados na parte frontal do capacete.

- O contrapeso deve ser destacável e pode ser removido pelo usuário quando não for necessário, sem o uso de qualquer ferramenta.

- O sistema de contrapesos deve ser durável e não deve ser fixado através de fita adesiva, correias, telas ou qualquer material têxtil.

<ul style="list-style-type: none"> - Deve ser bem encaixado, estável e não permitirá deslocamentos desnecessários. - Os contrapesos devem ser fixados com ou sem capa/cobertura do capacete. - Os contrapesos devem atender aos requisitos de resistência à corrosão de acordo com a norma ASTM B-117. <p>Capa/Cobertura</p> <ul style="list-style-type: none"> - O capacete deve ser fornecido com duas capas/cobertura - Uma capa deverá ser no Padrão MULTICAM (para capacetes em tons de Marrom) e uma na cor Preta - A capa/cobertura deve ser resistente à chama conforme a norma STANAG 2902. <p>Bolsa de Transporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - O capacete deve ser acondicionado em uma bolsa de transporte durável e resistente à água com um bolso transparente para detalhes de identificação do usuário. - A bolsa deverá ser na cor preta. <p>Outros requisitos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Devem ser fornecidas folhas de dados technical da matéria-prima utilizada para capacete e seus acessórios. - Pedacos de corda elástica devem ser fornecidos para os lados esquerdo e direito, e devem ser fixados a partir de grades laterais removíveis para o OVN - Os Relatórios de Teste /certificados para todos os parâmetros balísticos e não balísticos não devem ser superiores a 12 meses da data de abertura do certame. - O capacete balístico deve ser projetado para garantir conforto e estabilidade sem comprometer a proteção. - O capacete acabado deve ser seguro de usar e não conter qualquer material nocivo ao usuário. - Cada capacete deve ser fornecido juntamente com o manual do usuário. <p>A licitante vencedora dará garantia ao conjunto do capacete de proteção balística, e todas suas partes, pelo prazo mínimo de 06 (seis) anos, contra quaisquer defeitos de fabricação ou matéria-prima dos componentes, os prazos serão contados a partir do recebimento definitivo dos capacetes</p>
--

Nem sempre será possível localizar algum código no CATMAT que atenda a demanda da administração pública. Sendo assim, é importante frisar que os detalhes técnicos que contemplam o Termo de Referência do Edital estão citados na Descrição Complementar dos Itens, e irão prevalecer em qualquer contradição com o CATMAT.

AMOSTRA

Deverá ser apresentada, para fins de inspeção visual e metrológica e ensaio balístico, 02 (Duas) unidades, de cada item arrematado pelo licitante classificado em 1º Lugar, no prazo de 20 dias úteis, a contar do momento da solicitação do pregoeiro, devendo ser apresentadas na sede da SSP, Localizado na rua Zadir Índio, Centro-Maceió, Alagoas.

Em caso de empresa estrangeira, o prazo para recebimento das amostras irá se iniciar a partir da concessão da CII, ou da *Licença de Importação (LI)*, ou do que acontecer por último.

Durante a inspeção visual e metrológica, as amostras estarão sujeitas a reprovação se apresentarem: quinas ou cantos vivos que possam lesionar/machucar o usuário, furos, rachaduras, defeitos visuais no acabamento, peso diferente do especificado, bem como serão conferidas, as medidas do casco, das correias do sistema de retenção, a quantidade e a qualidade das almofadas do sistema de suspensão e os Laudos.

Acompanhado das amostras DEVERÁ ser apresentado Laudo completo efetuado pela fabricante comprovando que os capacetes oferecidos cumprem os requisitos descritos neste termo, ficando a cargo da comissão técnica da SSP, replicar os testes para comprovação a qualquer momento dos requisitos técnicos.

Em caso de empresa estrangeira, os laudos apresentados deverão estar traduzidos para a língua portuguesa, podendo ser inicialmente tradução livre.

Após a realização de inspeção visual, e metrológica das amostras apresentadas, será concedido 20 (Vinte) dias úteis para a realização do teste balístico. Este prazo poderá ser prorrogado, quantas vezes necessário, em caso de dificuldades no agendamento de laboratório para a realização dos testes.

A comissão poderá efetuar qualquer tipo de procedimento (cortar, desmanchar, etc.) nas amostras, mesmo que isso cause inutilização das mesmas .

Teste de Resistência Balística: A empresa vencedora do certame, deverá disponibilizar a opção de 03 (Três) laboratórios para a realização do teste de Eficiência Balística, laboratórios este **que devem ser acreditados NIJ (NATIONAL INSTITUTE OF JUSTICE) ou VPAN, e que forneça as condições adequadas para a realização dos ensaios balísticos conforme descritos e exigências neste termo de referência**, devendo a escolha do local ser estabelecida pela SSP.

Os testes do item anterior serão realizados PREFERENCIALMENTE em laboratório de instituição pública, podendo EXCEPCIONALMENTE, no interesse da Administração, ser realizado em laboratório privado, desde que possua comprovada capacidade técnica para certificação das amostras, cujos eventuais custos de fornecimento de insumos para realização dos testes, de utilização do laboratório e demais serviços deverão ser suportados pelo licitante arrematante, ficando à critério da Administração Pública informar o local, data e horário dos ensaios.

Deverá ser providenciado pela empresa vencedora o envio de 04 (quatro) membros da Comissão responsável pelo acompanhamento/realização do Teste de Resistência Balística, para o laboratório escolhido, dentre as 03 (três) opções oferecidas. Salienta-se que todos os custos financeiros serão por conta da empresa vencedora da licitação, inclusive a estadia, alimentação, transporte terrestre e aéreo dos membros da Comissão, bem como os custos operacionais, equipamentos e insumos para a realização de todos os testes.

A empresa vencedora do certame poderá apresentar as amostras previstas nos itens 4.2.2, 4.2.2.1, 4.2.2.2, 4.2.2.3 e 4.2.2.4 no próprio local de realização dos ensaios balísticos, desde que formule solicitação prévia à Administração Pública, mediante documentação formal devidamente fundamentada.

A autorização para apresentação das amostras em local diverso dependerá de análise e aprovação expressa pela Comissão Avaliadora dos Itens.

Todos os custos logísticos e operacionais decorrentes do deslocamento da Comissão Avaliadora, bem como aqueles relacionados à realização dos testes, correrão integralmente por conta do licitante arrematante, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

Todas as empresas participantes do pregão poderão acompanhar os testes, porém, qualquer questionamento durante a realização dos testes deverá ser feito somente à Comissão, não sendo permitida qualquer intervenção que possa interferir no andamento dos testes; A Comissão realizará o ensaio balístico nas amostras apresentadas pelos licitantes antes da homologação do resultado.

Caso a amostra não atinja os requisitos previstos no memorial descritivo do Termo de Referência a licitante será desclassificada. Após o vencimento do prazo de entrega da amostra não será aceita eventual complementação, ajuste, modificação ou substituição dos equipamentos e materiais apresentados para fins de adequá-los às especificações constantes do Edital.

As amostras não poderão fazer parte do quantitativo a ser entregue após a contratação. A empresa que apresentar amostra visivelmente em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência terá sua amostra recusada pela comissão e será desclassificada.

Caso os laudos não estejam acompanhando as amostras, a empresa será desclassificada, sendo consequentemente convocada a empresa subsequente classificada no certame.

ENTREGA

O prazo de entrega dos bens é de 100 dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento e autorização do Exército Brasileiro, em remessa única, na sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública localizado na rua Zadir Índio, número 213, Centro Maceió-Al.

GARANTIA DE EXECUÇÃO

Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

No caso de uma empresa estrangeira ser a vencedora do certame, todas as despesas correrão por conta da CONTRATADA, tais como: despesas diretas e indiretas, de importação, seguro de transporte internacional, embalagem, seguros diversos, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, do seguro de transporte internacional, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte e frete nacionais, tributos, impostos, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, taxas (Siscomex, de companhia aérea, do RADAR, da

licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, emissão da respectiva carta de crédito e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado.

São de responsabilidade da CONTRATADA, a obtenção da licença de importação, pagamento de seguro, transporte, depósito dos equipamentos, custos de desembaraço e todos os custos (despesas) de formalidades alfandegárias pagáveis na importação. A CONTRATANTE fornecerá toda a documentação, de sua responsabilidade, necessária à CONTRATADA para que sejam efetuados os trâmites alfandegários, objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.032/90).

O Termo Internacional de Comércio - INCOTERM a ser adotado será o DPU- Delivered at Place Unloaded / (entregue no local de destino e descarregado).

A entrega do objeto a que se refere o item anterior deve ser feita no local indicado por meio de utilização de veículo apropriado destinado ao transporte deste tipo de carga, com as características de segurança que o caso requer.

Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, o valor referente a embalagem, licença de importação, do seguro de transporte internacional, seguros diversos, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte e frete nacionais, tributos, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, taxas (siscomex, de companhia aérea, do RADAR da licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, emissão da respectiva carta de crédito e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, além das previstas nas Especificações Técnicas.

São de responsabilidade da licitante/contratada e correrão por suas custas/expensas os valores referentes **à emissão da carta de crédito para o pagamento do objeto contratado**, devendo desta forma tais valores estar previstos nas propostas de preços, sob pena de, se não discriminados, serem considerados como já existente e previstos, não podendo ser pleiteado quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.

PAGAMENTO

Os preços apresentados por licitantes brasileiras ou licitantes estrangeiras, em moeda estrangeira, serão fixados e convertidos para o REAL (R\$) pela taxa de conversão de venda vigente no dia útil anterior à data efetiva do pregão eletrônico e disponível no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN, disponível no site: www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp.

No caso de proposta de preços apresentada por licitante estrangeira, deverá considerar, nos termos do Artigo 52 da Lei Federal nº 14.133, constar, de forma destacada e para efeitos exclusivos de julgamento das propostas, os possíveis gravames dos mesmos tributos que onerem exclusivamente as PROPONENTES brasileiras quanto à operação final de venda, na forma da legislação vigente, para fins de equalização das propostas apresentadas entre empresas brasileiras e estrangeiras;

A equalização de proposta de preço das empresas estrangeiras, as mesmas deverão ser compostas pela descrição do material, Quantidade, Cambio (conforme adotado nas licitações internacionais onde são permitidas a apresentação de propostas em moeda estrangeira, os preços apresentados por licitantes brasileiras ou licitantes estrangeiras, em moeda estrangeira, serão convertidos para o REAL (R\$) pela taxa de conversão de venda vigente no dia útil imediatamente anterior à data da abertura desta licitação), valor aduaneiro unitário convertido, PIS (Considerar a alíquota DE 2,10%), Confins (Considerar alíquota de 9,65%), ICMS (Considerar a alíquota de 29% + alíquota de 2% do FCOEP (Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza) totalizando 31%) e custos com outras despesas, sendo o valor total equalizado a soma de todos os itens anteriores.

A proposta de preços apresentada e considerada para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, inclusive quanto à consideração de isenções ou incidências de custos, diretos e indiretos, com embalagem, licença de importação, seguros diversos, seguro de transporte internacional, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte, frete nacional, tributos, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, taxas (Siscomex, de companhia aérea, do RADAR da licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, emissão da carta de crédito e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, além das previstas nas Especificações Técnicas que integram este Edital.

Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, ou a outra instituição financeira indicada pela Contratante (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), serão custeadas pela CONTRATADA, oneram e devem constar de modo discriminado em sua planilha/proposta de preços. Todas as despesas referentes a emissão de ordem de pagamento e/ou crédito documentário, ou à contratação da carta de crédito (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), ou ainda referentes à renovação da Carta de Crédito, inclusive decorrente de aumento da taxa cambial, no caso de atraso de adimplemento atribuível à Contratada, serão por ela custeadas.

O crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível.

A validade do crédito documentário será suficiente para cobertura do prazo de execução definido neste Edital e seus Anexos.

A liberação da carta de crédito irrevogável e intransferível aberta em favor da CONTRATADA junto ao Banco do Brasil S/A será efetuada logo após a confirmação do recebimento definitivo do material, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. O recebimento provisório, anteriormente ao envio/embarque de cada lote, será realizado pela Comissão Técnica de Recebimento do Material, formada por 04 (Quatro) servidores, na sede fabril ou estoque da Contratada, a qual procederá os testes necessários para o recebimento, podendo aceitá-lo e recebê-lo provisoriamente in loco, sendo emitido o respectivo Termo de Vistoria Provisória e Autorização de Embarque, devendo os custos operacionais e logísticos dos servidores e dos testes serem de responsabilidade da empresa contratada.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins da comprovação de que trata este item, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

Características: Fornecimento de Capacetes Balísticos;

Quantidades: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto lícitado.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Em se tratando de empresa Brasileira, deverá ser apresentado comprovação de autorização de fabricação e comercialização por intermédio de Relatório Técnico Experimental (RETEX) emitido pelo Exército Brasileiro.

Para empresa estrangeira, comprovação de autorização de fabricação e comercialização, similar ao Relatório Técnico Experimental (RETEX) supracitado, por meio de documento emitido por banco de prova ou Órgão Oficial do país de origem.

As empresas estrangeiras com representação legal no Brasil deverão possuir poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente de acordo com o Art. 70, Parágrafo único, da Lei 14.133/21 em que as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, observado o disposto na Convenção sobre a eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016. A documentação será verificada pelo pregoeiro na fase de habilitação, conforme dispõe a legislação, assim como poderão ser realizadas diligências para averiguação.

Em se tratando de empresa estrangeira, no caso de inexistência de documentos equivalentes, o responsável pelo cadastro da empresa estrangeira deverá declarar a situação em campo próprio do sistema.

Os documentos estrangeiros, inclusive os documentos de habilitação equivalentes, deverão ser apresentados acompanhados de tradução para a língua portuguesa, podendo ser inicialmente tradução livre.

No caso de importação, será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CII, o qual será de responsabilidade da contratante, quando o caso requerer e a Licença de Importação - LI junto ao Exército Brasileiro, sendo está de responsabilidade da contratada.

DAS EXIGÊNCIAS DOCUMENTAIS

Para verificação dos padrões internacionais de qualidade técnica, aplicados no processo fabril do capacete que será fornecido, será exigida, na fase da assinatura do contrato, a apresentação dos seguintes documentos: Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou ainda por laboratório(s) Independente(s) acreditado(s) internacionalmente, que atestem que o capacete atende as especificações estabelecidas quanto ao nível de proteção balística, modelo e garantia; Para verificação dos padrões internacionais de qualidade, aplicados no processo fabril dos capacetes que serão fornecidos, será exigida, na fase de recebimento provisório do objeto, a apresentação de certificação de Controle de Qualidade da linha e dos processos de produção da empresa fornecedora, emitido por organismo idôneo e independente, atestando que a empresa dispõe de um Sistema de Qualidade Implementado de acordo com as normas da série ISO ou correspondente à tal norma em âmbito internacional;

Em ambos os casos (empresa nacional ou estrangeira), deverão apresentar a comprovação de autorização de fabricação e comercialização, emitidos há pelo menos 12 (doze) meses antes da data de abertura do certame, da mesma marca e modelo.

Deverá ser apresentado também pela Empresa vencedora, em caso de empresa nacional, o Retex emitido pelo Ministério da Defesa, por meio do CAEX (Campo de Provas de Marambaia- RJ) ou similar, e Certificado de Registro ou Título de Registro do produto apostilado do objeto a ser adquirido, tendo em vista se tratar de produto de fabricação controlada pelo Exército Brasileiro. No caso da vencedora ser

uma empresa estrangeira, que não funcionem no país, deverão apresentar a documentação equivalente, traduzida por tradutor juramentado, no que couber, devendo a mesma ter representação legal no Brasil. No caso de ausência de documentação equivalentes, a licitante estrangeira deverá apresentar declaração expressa de que não existem tais documentos em seu país de origem.

ACEITAÇÃO DE CONSÓRCIO

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a administração pública possui a prerrogativa de estabelecer critérios e condições para a participação em processos licitatórios. Neste contexto, a decisão de não aceitar consórcios está fundamentada nos seguintes pontos:

1. Garantia de Capacidade Técnica Individual:

Para assegurar a eficiência e a qualidade na execução do contrato, é essencial que cada empresa participante tenha, individualmente, a capacidade técnica e operacional necessária. A aceitação de consórcios pode mascarar a insuficiência de competências técnicas em empresas que, isoladamente, não atenderiam aos requisitos exigidos. Portanto, a não aceitação de consórcios garante que cada licitante possua, por si só, todas as qualificações necessárias para a execução do objeto contratual.

2. Responsabilidade e Fiscalização:

A responsabilidade solidária dos consórcios pode dificultar a fiscalização e o gerenciamento do contrato, uma vez que dilui a responsabilidade entre as empresas consorciadas. Ao não aceitar consórcios, a administração pública pode atribuir de forma clara e direta a responsabilidade pela execução e cumprimento das obrigações contratuais a uma única entidade, facilitando assim a fiscalização e a gestão do contrato.

3. Prevenção de Risco de Cartelização:

Consórcios podem ser formados com o intuito de restringir a competitividade, manipulando o mercado e reduzindo a concorrência. A não aceitação de consórcios é uma medida preventiva para assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, conforme previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, promovendo assim a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

4. Simplicidade e Eficiência Administrativa:

Processos licitatórios com a participação de consórcios podem se tornar mais complexos e onerosos devido à necessidade de analisar a capacidade e a compatibilidade entre as empresas consorciadas. A não aceitação de consórcios simplifica o processo licitatório, tornando-o mais ágil e eficiente, alinhando-se ao princípio da eficiência previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Desta forma, a decisão de não aceitar consórcios está justificada pela necessidade de assegurar a capacidade técnica, a clareza na responsabilização, a prevenção de práticas anticompetitivas e a eficiência administrativa, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

GARANTIA

O prazo mínimo de validade de todos os componentes balísticos será de 6 anos. Os componentes não balísticos não devem sofrer degradação no desempenho mesmo durante o armazenamento por um período de 2 anos.

Fundamentação Técnica para Adoção da Norma NIJ 0106.01 com Critérios Complementares Inspirados na VPAM HVN 2009

O presente Estudo Técnico Preliminar estabelece como parâmetro normativo principal para a validação dos ensaios balísticos a NIJ 0106.01, norma amplamente reconhecida no cenário internacional para avaliação da resistência balística de capacetes de proteção. Referida norma, desenvolvida pelo National Institute of Justice, consolidou-se como referência técnica em razão de sua metodologia padronizada, critérios objetivos de desempenho e reprodutibilidade dos ensaios, assegurando confiabilidade estatística e rastreabilidade dos resultados.

A adoção da NIJ 0106.01 justifica-se por sua robustez metodológica, pela ampla aceitação em mercados regulados e pela compatibilidade com os requisitos operacionais das forças de segurança pública, especialmente no que concerne à mensuração da resistência à penetração e à avaliação do trauma por deformação (backface signature), elementos essenciais à mitigação de riscos letais ou incapacitantes ao usuário.

Não obstante, considerando a evolução das ameaças balísticas contemporâneas e a necessidade de maximização da segurança do operador, admite-se a aplicação de critérios técnicos complementares inspirados na VPAM HVN 2009, diretriz europeia que estabelece parâmetros adicionais de severidade nos ensaios, especialmente quanto à distribuição dos impactos, ângulos de incidência e controle mais rigoroso da deformação transmitida ao suporte.

A conjugação normativa proposta — adoção da NIJ 0106.01 como base estruturante, com critérios complementares inspirados na VPAM HVN 2009 — fundamenta-se em critérios estritamente técnicos, objetivos e mensuráveis, não configurando exigência restritiva de competitividade, mas sim mecanismo de elevação do nível de desempenho mínimo aceitável do equipamento.

Tal diretriz visa:

- Aumentar o grau de confiabilidade dos ensaios balísticos;
- Mitigar riscos associados a traumas cranioencefálicos decorrentes de deformação excessiva;
- Garantir maior margem de segurança frente a cenários operacionais de elevada criticidade;

- Harmonizar práticas internacionais de avaliação de desempenho balístico.

Ressalta-se que a priorização de critérios técnicos mais rigorosos encontra respaldo no princípio da supremacia do interesse público e na necessidade de preservação da integridade física do operador, cuja atividade envolve exposição direta a riscos de alta letalidade. Assim, a escolha metodológica ora fundamentada orienta-se pela busca da máxima proteção possível, dentro de parâmetros técnicos reconhecidos internacionalmente.

Conclui-se, portanto, que a adoção da NIJ 0106.01, complementada por critérios técnicos inspirados na VPAM HVN 2009, constitui solução tecnicamente adequada, proporcional e alinhada às melhores práticas internacionais de avaliação balística, priorizando, de forma inequívoca, a segurança do operador como valor central da especificação técnica.

7. Levantamento de Mercado

Seguindo as exigências do Art. 7º inciso III do decreto 90.381/23, identifica-se a **Compra** como alternativa mais adequada para o objeto, nesse contexto as soluções de mercados mais viáveis estão apresentadas na tabela abaixo:

1	Processo licitatório para aquisição Pregão Eletrônico	<p>Quanto a aquisição de equipamentos por meio da modalidade Pregão na sua forma eletrônica, temos como vantagens e desvantagens:</p> <p>Vantagens: Possibilita a Administração Pública selecionar a proposta mais vantajosa, com aumento de concorrentes, com o foco na promoção do desenvolvimento nacional sustentável.</p> <p>Desvantagens: Com maior diversidade e competitividade entre os fornecedores, muita das vezes para se ofertar o menor preço, os fornecedores acabam por ofertar produto de pior qualidade, prejudicando assim todo o processo licitatório.</p> <p>Nesse sentido, considerando que as desvantagens se sobressaem as vantagens, na medida em que pode-se não obter êxito na aquisição do objeto correto, entende-se que a opção, no momento é inviável.</p>
2	Adesão a Ata de Registro de Preços válida	<p>Quanto ao segundo cenário analisado, qual seja, Adesão a Ata de Registro de Preços - ARP de órgãos em vigor, visando atender a demanda apresentada, destaca-se.</p> <p>Vantagens: A celeridade no processo, visto que a etapa seguinte seria apenas a solicitação de adesão ao órgão gerenciador e, em caso da resposta positiva, o órgão gerenciador encaminharia a cópia da Ata de Registro de Preços e do Edital de origem para o pleno cumprimento "adesão" pelo órgão interessado, visto que os demais artefatos já estão produzidos.</p> <p>Desvantagens: Quanto ao óbice neste segundo cenário podemos destacar a dificuldade em encontrar uma que ATA contemple os quantitativos e especificações de forma que atenda as demandas do órgão gerenciador, tendo ainda como agravante se tratar de aquisição de produtos controlados - PCE. Considerando as características do objeto, ou seja produtos controlados do exército. (PCE)</p> <p>Nesse sentido, entende-se a utilização deste cenário como inviável para o atendimento à demanda, no momento.</p>
		Em um terceiro cenário temos a possibilidade de adquirir os objetos por meio de Sistema de Registro de preços - SRP.

3	Sistema de Registro de Preços	<p>Vantagens: Destaca-se como vantagem a possibilidade do processo licitatório atingir melhores valores, uma vez que uma das etapas previstas para o Registro de Preços é a abertura para as Intenção de Registro de Preços - IRP, o que aumentaria consideravelmente o quantitativo a ser adquirido. Outro ponto a se salientar é que, a aquisição destes objetos por parte desta SSP se dará através de recursos do fundo a fundo, com transferência de recursos do governo federal, o que geraria celeridade ao processo e economicidade a administração pública, na medida em que não se necessita executar vários processos licitatórios para aquisições do mesmo objetos, pelos órgãos vinculados a essa pasta.</p> <p>Desvantagens: A desvantagem dessa modalidade seria o surgimento de novos produtos, o que poderia ocorrer uma variação nos preços de mercado.</p> <p>Analizadas as vantagens e desvantagens na adoção do Sistema de Registro de Preços para a aquisição pretendida, as vantagens superam as desvantagens. Logo, a confecção do sistema de registro de preços para aquisição de Instrumentos de menor potencial ofensivo se apresenta como a opção mais viável à Administração.</p>
---	-------------------------------	--

Diante dos cenários apresentados, vale destacar, que a competitividade entre os pretensos fornecedores é de crucial importância, cujo objetivo é atender as necessidades da Administração Pública com produtos de qualidade e de menor custo.

Em análise de opções menos onerosas para Administração, como locação, prestação de serviço ou chamamentos públicos de doação e permuta, estas não se aplicam pois tratam-se de materiais de alto valor agregado e com data de validade estabelecidos.

Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços tem se mostrado mais vantajoso economicamente, visto que ele compreende as demandas de todos os órgãos subordinados à Secretaria Segurança Pública, reduzindo o número de licitações redundantes, proporcionando rapidez na contratação e a total liberdade para o órgão público, que pode ou não efetuar a aquisição.

Conclui-se, pois, pela escolha da Solução Nº 3, Sistema de Registro de Preços, tratar-se da opção mais vantajosa para a Administração, cujo mercado, considerados produtos, fabricantes e fornecedores, não apresenta restrições, revelando-se competitivo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 13.000.000,00

Item	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	469182	1000	R\$ 6.500,00*	R\$ 6.500.000,00
02	469182	1000	R\$ 6.500,00*	R\$ 6.500.000,00

* Os valores representam uma média obtida através de pesquisa simplificada em sites de fornecedores nacionais e internacionais não refletindo assim, o valor final e ser contratado.

9. Descrição da solução como um todo

Em análise das necessidades da demanda, bem como das soluções disponíveis no mercado, e dos cenários possíveis para a Administração, conclui-se pela seguinte solução: Registro de preço para aquisição de capacetes balísticos visando atender as necessidades da SSP e dos órgãos partícipes, através da realização de pregão eletrônico internacional, nas especificações e quantidades contidas neste instrumento.

A solução mais adequada ao capacete balístico para compor equipes de patrulha foi o capacete tipo ACH, com seus acessórios, conforme descrição detalhada a seguir. Os equipamentos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, posto que constituem-se em produtos disponíveis no mercado.

Salienta-se que as especificações técnicas dispostas neste Estudo Preliminar apresentam todas as informações necessárias aos fornecedores. A complexidade dos materiais pretendidos não descaracteriza a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. “Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão.” (Acórdão nº 1.114/2006 – Plenário; Acórdão nº 2.471/2008-TCUPlenário, item 9.2.4).

A contratação será efetivada por meio da celebração de Ata de Registro de Preços, uma vez que o material a ser adquirido demanda medidas individuais, e considerando a expansão das operações, existe a necessidade de aquisições frequentes, com o mesmo instrumento.

No âmbito estadual, o Decreto nº 95.019/2023 regulamentou os artigos 82 a 86, da Lei Federal nº 14.133/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública Estadual, estabelecendo as hipóteses de utilização do SRP, assim a aquisição em tela se encaixa no inciso III do referido Decreto, a saber:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV – quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto estadual, por meio da adesão de que trata o § 2º do art. 32 deste Decreto; ou
- V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Considerando os itens a serem adquiridos, temos a descrição a seguir:

Os parâmetros arrolados no Termo de Referência devem ter por objetivo a aquisição de capacetes balísticos destinadas ao mercado law enforcement /military, mais robustas e próprias ao emprego operacional nas mais diversas condições de terreno ou de clima, impedindo a compra de capacetes voltadas ao uso civil, esportivo ou recreativo.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CATMAT	QUANTITATIVO
01	469182	1000
02	469182	1000

O Decreto Estadual nº 90.381/2023 estabelece diretrizes voltadas à racionalização das contratações públicas no âmbito do Estado de Alagoas, orientando a Administração quanto à eficiência, economicidade, planejamento e adequada instrução processual das aquisições de bens e serviços.

Nesse contexto, a aquisição de **Capacetes Balísticos** encontra fundamento na necessidade institucional de aparelhamento das forças de segurança pública com equipamentos de proteção individual indispensáveis à mitigação de riscos operacionais. Trata-se de equipamento essencial à preservação da integridade física dos agentes, especialmente daqueles lotados em unidades especializadas e grupos táticos, cujas atribuições envolvem elevado grau de exposição a ameaças armadas.

A pretensa contratação alinha-se às diretrizes do mencionado Decreto, na medida em que objetiva assegurar a adequada continuidade do serviço público de segurança, conferindo melhores condições de proteção ao operador e, consequentemente, maior eficiência operacional às unidades empregadas em ocorrências de alta complexidade.

Ressalte-se que, inexistindo contratações anteriores específicas para o objeto em questão, a metodologia de estimativa do quantitativo foi estruturada com base em critérios objetivos e mensuráveis, considerando:

- O efetivo das Unidades Operacionais Especiais;
- A quantidade de Delegacias Especializadas;
- O número de Batalhões da Polícia Militar de Alagoas (PMAL) com tropa especializada;
- A necessidade de dotação individual por operador, observada a natureza das atividades desempenhadas.

A projeção quantitativa foi elaborada conforme demonstrado a seguir:

ITEM 01

- A) Quantidade de Delegacias Especializadas a serem atendidas: 05
- B) Quantidade estimada de capacetes por Delegacia: 40 unidades

Subtotal Delegacias:
 $A \times B = 5 \times 40 = \mathbf{200 \text{ unidades}}$

C) Quantidade de Batalhões com tropa especializada da PMAL: 10

D) Quantidade estimada de capacetes por Batalhão: 80 unidades

Subtotal Batalhões:

$C \times D = 10 \times 80 = \mathbf{800 \text{ unidades}}$

Total do Item 01:

$(5 \times 40) + (10 \times 80) = 200 + 800 = \mathbf{1.000 \text{ unidades}}$

ITEM 02

Mantidos os mesmos parâmetros técnicos e operacionais de dimensionamento:

Subtotal Delegacias:

$5 \times 40 = \mathbf{200 \text{ unidades}}$

Subtotal Batalhões:

$10 \times 80 = \mathbf{800 \text{ unidades}}$

Total do Item 02:

$(5 \times 40) + (10 \times 80) = 200 + 800 = \mathbf{1.000 \text{ unidades}}$

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Observada a regra do parcelamento, conforme disposto no Art. 40 da lei 14.133/2021, o objeto será apresentado por itens, de forma a possibilitar maior competitividade entre os participantes e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado. Quanto à possibilidade de divisão do(s) item(ns) em parcelas ainda menores, tem-se por inviável, tendo em vista o vulto e a uniformidade do objeto, inclusive quanto a prazo e local de entrega, e a necessidade de resguardar a economia de escala.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

De acordo com a especificidade do objeto à ser contratado, não há contratações correlatas ou interdependente atreladas a contratação.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretensa aquisição está alinhada com o planejamento da Administração, uma vez que a aquisição de capacetes balísticos está previsto no Plano de Ação, e ainda não foram adquiridos, viabilizado por meio do Eixo de Fortalecimento das instituições de Segurança Pública e Defesa Social - FISPDS, firmado entre o estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o qual o tornou-se possível.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A prestação de serviço voltada a segurança pública aponta para o uso de técnicas, treinamentos e equipamentos mais modernos e adequados, alinhando-se aos princípios constitucionais da legalidade, proporcionalidade, necessidade e conveniência.

O Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, por sua vez, tem a necessidade de se adequar a esses princípios, razão pela qual está em constante busca de uma melhor consonância a realidade enfrentada pelos seus agentes e, neste diapasão, a preservação da vida dos Policiais deve ser definida como prioridade, levando-se em conta, principalmente, o índices da criminalidade do Estado e o tipo de armamento utilizado pelos criminosos que aqui atuam.

Diante esse cenário, o principal benefício a ser alcançado é a preservação da vida dos Operadores de Segurança Pública, o que torna tal aquisição urgente.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A pretensa aquisição não tem potencial para gerar danos ambientais, na medida em que se tratam de capacetes balísticos, os quais serão utilizados de forma a não gerar poluição e resíduos sólidos.

No que tange ao descarte do material, ao término do seu ciclo de vida, ele fica gerenciado pelo Exército Brasileiro, o qual realiza através de desfazimento por destruição, com a correta destinação dos resíduos sólidos que por ventura forem gerados no processo destrutivo. Com isso a administração pública evita gerar resíduos sólidos de maneira desnecessária, respeitando as questões ambientais, inclusive adotando medidas administrativas para a devida destinação final do objeto, em conformidade com a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

16. Providências a serem Adotadas

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da adoção de atividades para adequação do ambiente, a fim de que a contratação surta seus efeitos.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAPHAEL JOSE OLIVEIRA DE ALMEIDA

CAP QOC PM



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 09:25:47.

ALEX FELIX DE ARAUJO

3º Sgt PM

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A partir da contratação espera-se que sejam atendidas as seguintes necessidades:

1. Disponibilizar capacetes balísticos para os policiais militares de Alagoas afim de atender a demanda do serviço operacional para esse tipo de objeto.
2. Tal aquisição, trará mais segurança e confiança para policial desempenhar suas atividades na medida em que o material representa uma proteção adicional contra disparos de arma de fogo.
3. Possibilitará a padronização e modernização dos materiais existentes na corporação.

